



e-Spania

Revue interdisciplinaire d'études hispaniques
médiévales et modernes

40 | octobre 2021

Langue, savoir et pouvoir dans l'Espagne classique / El
Greco / María de Zayas

De Rodrigo a Rodrigo: Os testemunhos da conquista das Beiras por Fernando Magno na obra do Conde D. Pedro e a sua relação com as personagens de Rodrigo Dias de Vivar e de Rodrigo Froilaz de Trastâmara

João Paulo Martins Ferreira



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/e-spania/42323>

DOI: 10.4000/e-spania.42323

ISSN: 1951-6169

Editora

Civilisations et Littératures d'Espagne et d'Amérique du Moyen Âge aux Lumières (CLEA) - Paris
Sorbonne

Este documento é oferecido por Faculdade de Letras da Universidade do Porto



Refêrencia eletrónica

João Paulo Martins Ferreira, «De Rodrigo a Rodrigo: Os testemunhos da conquista das Beiras por Fernando Magno na obra do Conde D. Pedro e a sua relação com as personagens de Rodrigo Dias de Vivar e de Rodrigo Froilaz de Trastâmara», *e-Spania* [Online], 40 | octobre 2021, posto online no dia 07 outubro 2021, consultado o 15 dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/42323> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.42323>

Este documento foi criado de forma automática no dia 15 dezembro 2021.



Les contenus de la revue *e-Spania* sont mis à disposition selon les termes de la Licence Creative Commons Attribution - Pas d'Utilisation Commerciale - Pas de Modification 4.0 International.

De Rodrigo a Rodrigo: Os testemunhos da conquista das Beiras por Fernando Magno na obra do Conde D. Pedro e a sua relação com as personagens de Rodrigo Dias de Vivar e de Rodrigo Froilaz de Trastâmara

João Paulo Martins Ferreira

Introdução

- 1 Através da escassa documentação portuguesa anterior ao reinado de Fernando Magno¹, a historiografia foi capaz de traçar o retrato de um tecido social pujante, onde a alta aristocracia condal foi paulatinamente ultrapassada pelos modestos infanções. Vítima de um apertado regime endogâmico², do seu envolvimento nas pugnas dinásticas dos séculos X e XI³, e de quezílias internas profundas, resultantes na perda de Coimbra⁴, a velha aristocracia condal portugalense acabou por se alhear das suas responsabilidades de governo territorial, abrindo caminho à ascensão da casta infancional, que, mimetizando muitas das suas estratégias, viria a transformar-se na cúspide da nobreza portugalense e em antepassados da aristocracia primacial portuguesa.
- 2 Até à derrocada definitiva da casa condal portugalense – ditada pela morte de Nuno Mendes na batalha de Pedroso (1071) –, o destino dos infanções portugueses terá sido seguido atentamente quer por Fernando Magno⁵ quer por Garcia II⁶. Esta atenção dada ao contexto social galaico-português consubstanciar-se-ia no desenvolvimento de uma grande empreitada bélica colectiva, à qual Fernando Magno devotaria os últimos anos

do seu reinado (1055-1065): a reconquista das Beiras. Decisivas para a expansão territorial portugalense e, necessariamente, para o cimentar das relações sociopolíticas existentes entre os infanções e a monarquia leonesa⁷, as campanhas beirãs tornaram-se num tópicos recorrente da historiografia medieval ibérica, ganhando uma dimensão de narrativa lendária ao longo do século XIII.

- 3 Herdeiro desta tradição, o conde D. Pedro de Barcelos apresenta na sua obra uma enorme discrepância na relevância narrativa dada a estes acontecimentos e, de uma forma geral, à matéria referente aos feitos de Fernando Magno. Se no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*⁸ encontramos este monarca entre a sucessão genealógica dos reis de Castela, Leão e Navarra (LL3E24, LL4A1-4 e LL5A6), bem como em mais alguns apontamentos indirectos e laterais da mesma natureza; no título VIII (dedicado à vida e façanhas e Rodrigo Dias de Vivar, o *Cid*), remata-se uma rápida enumeração dos feitos do *Campeador* com uma referência desordenada e atabalhoada às conquistas beirãs (LL8C8). Mais à frente (já em LL21G7), é descrita a repartição dos reinos, por Fernando Magno, e a ligação de Rodrigo Dias a Sancho II e de Rodrigo Froilaz de Trastámara a Garcia II, através de uma longa estória sobre o valimento deste último magnate contra os inimigos internos e externos do monarca galego. Já na *Crónica de 1344*⁹, o Conde escolhe reproduzir (sem grandes cortes, interpolações ou inversões narrativas) a matéria fernandina e cidiana proveniente da *Crónica de Castela*¹⁰, sendo de assinalar a centralidade da conquista de Coimbra (cap. CDLVI) no percurso de ambas as personagens.
- 4 Como se pode explicar tal disparidade? Terá existido alguma intervenção nas lições do nobiliário de D. Pedro? Começemos pela realidade histórica...

As conquistas de Fernando Magno

- 5 De toda a actividade de Fernando Magno dedicada à esfera galego-portuguesa¹¹, apenas dois diplomas aludem directamente às conquistas beirãs, sendo que ambos podem ser falsos¹². Datado erradamente de 1026, um destes diplomas chega a aludir a uma divisão fictícia de Portugal num conjunto de 12 “comisas”, imediatamente após as conquistas de Viseu, Lamego e Coimbra. Já em 1064, surge uma doação régia ao mosteiro de Lorvão pelos serviços prestados durante a conquista de Coimbra, confirmando os seus bens e privilégios¹³. Esta manipulação da memória justifica-se em grande medida pelos interesses das elites locais, que, no rescaldo das conquistas, tentariam legitimar a sua posição dentro do mapa senhorial dos novos territórios.
- 6 Assim sendo, e ao contrário do que se poderia supor, as fontes mais fidedignas sobre as conquistas continuam a ser os episódios descritos na cronística e analística medieval. Os primeiros relatos surgem já na *Historia Silense*, passando depois para a *Chronica Nairensis*¹⁴. Paralelamente, os diferentes anais portugueses, combinados nos *Annales Portucalenses Veteres*¹⁵, também reproduziriam sinopticamente o mesmo tipo de informações. As fundações lançadas por esta historiografia primitiva dariam lugar a um esforço de construção de uma narrativa coerente em torno dos feitos bélicos de Fernando Magno, plasmada na cronística castelhano-leonesa do século XIII, que se distingue por uma adopção plena de episódios míticos associados às conquistas, subsidiários, em grande medida, da poesia jogralesca desenvolvida em torno da sua biografia¹⁶. A nosso ver, a primeira aproximação a esta realidade terá partido de Lucas de Tui, que, no Livro IV do seu *Chronicon Mundi*, descreve as conquistas sequenciais de

Seia, Viseu, Lamego e Coimbra¹⁷. Por sua vez, também o toledano iria mimetizar o mesmo processo¹⁸, servindo de correia de transmissão deste novo modelo para a historiografia afonsina e seus sucedâneos, encarnados principalmente na refundição promovida pela *Crónica de Castela* e pela adaptação dos seus conteúdos na *Crónica de 1344*, onde o Cid assume a dianteira dos acontecimentos¹⁹.

- 7 Tanto a *Historia Silense* como a *Crónica de Nájera* coincidem na data de início das campanhas e nas circunstâncias que as antecederam, localizando os preparativos na Terra de Campos (em 1054) e a entrada em Portugal das hostes régias no Verão de 1055. No que concerne à sequência das batalhas, a *Historia Silense*, a *Crónica de Nájera*, o *Chronicon Mundi* e a *De Rebus Hispaniae*, apresentam apenas uma grande divergência em relação às fontes portuguesas (*Annales Portucalenses Veteres / Chronica Gothorum*), já que as primeiras identificam a conquista de Seia como a primeira vitória cristã, em vez de a situarem em 1064²⁰, quando, na verdade, Lamego terá sido a primeira a cair (1057), dando origem a uma breve notícia eivada de um exagero retórico, fomentado pelo espírito anti-islâmico próprio da *Silense* e da *Najerense* (e transposto, neste caso específico, para fontes posteriores): após uma árdua conquista, Fernando Magno teria escravizado os habitantes desta vila e expropriado os seus bens, em benefício da restauração das igrejas locais²¹. Adenda similar foi feita em relação à conquista de Viseu (1058), que, segundo as crónicas, fora animada pelo espírito de retaliação em relação à morte de Afonso V, durante o malogrado cerco de 1028²². Segundo a *Chronica Gothorum*, os anos entre 1058 e 1064 foram marcados por uma lenta guerra de atrito, resultante na conquista de Seia, S. Martinho de Mouro, Travanca, Penalva do Castelo, entre muitas outras praças²³. Curiosamente, todas as fontes cronísticas (desde a *Silense* até à *Crónica de 1344*) são concordantes na alusão a uma peregrinação da família real leonesa a Santiago (em Janeiro de 1064), poucos meses antes da conquista de Coimbra (em Julho de 1064), sendo repetida em 1065²⁴. Tal como o episódio da ajuda logística dada pelos monges de Lorvão durante o cerco a Coimbra, que, já mencionada no falso de Lorvão, foi rapidamente incorporado no discurso historiográfico do toledano²⁵, também a aparição documental de Fernando Magno em Santiago (Julho de 1064) justificou uma mistura destes dados históricos com a lenda da premonição de um peregrino grego sobre apoio divino de Santiago à conquista de Coimbra (adaptada da mitologia do *Códice Calistino*) e, até, com momentos do ciclo cidiano – perfeitamente integrada quer na *Crónica de Castela* quer na *Crónica de 1344*²⁶.
- 8 Independentemente do apoio prestado pelas elites locais, o sucesso do longo assédio a Coimbra terá surgido de uma combinação de factores extremamente favoráveis: o colapso do sistema de taifas fragilizara as defesas muçulmanas na linha do Mondego; a presença dos Infantes junto a seu pai, transformava esta empreitada bélica numa prova de valor e num mecanismo de afirmação do novo sistema de poderes que viria depois com a divisão do seu império²⁷; e, por fim, a expansão da esfera de influência portugalense, pela mão do próprio rei, terá propiciado a participação massiva dos infanções, que, pelos seus feitos de armas, justificavam já a sua ascensão social²⁸. Se, por um lado, a perda de Coimbra ditou uma lenta dissolução dos laços existentes entre as taifas e os poderes centrais do mundo muçulmano, permitindo a instauração de um sistema de párias, por outro, a ascensão política do alvazil Sisnando Davides ajudou a harmonizar as relações sociais entre os moçárabes beirãos e os seus senhores nortenhos²⁹. De forma a consolidar a autoridade cristã na região, Fernando Magno atribuiu foros a várias comunidades portuguesas, atraindo colonos das Astúrias, da Galiza e, até, do *limes* leonês³⁰. Ao longo do século XIII, a historiografia castelhana

encarregou-se de transformar Rodrigo Dias de Vivar, o *Cid*, no catalisador desta mudança social, dando-lhe um papel de destaque na conquista de Coimbra.

A conquista de Coimbra e as personagens literárias de Fernando Magno e Rodrigo Dias de Vivar: os testemunhos da *Crónica de Castela* e da obra de Pedro de Barcelos

- 9 Apesar de se assumir como um dos principais herdeiros das tradições emanadas pela historiografia castelhana do século XIII, filiando partes substanciais da sua crónica e nobiliário nos escritos de Afonso X e na *Crónica de Castela* (refundição seccional da *Estoria de España*, centrada apenas no período entre Fernando Magno e Fernando III), D. Pedro de Barcelos não viu vertida no *Livro de Linhagens* qualquer parcela descritiva dos feitos conjuntos de Fernando Magno e de Rodrigo Dias de Vivar, que, no caso da *Crónica de 1344*, são reescritos, a par e passo, com base na *Crónica de Castela*, culminando na conquista de Coimbra (narrada no cap. CDLVI da crónica portuguesa), onde o *Cid* se assume como grande herói da campanha. Por seu lado, no título VIII do *Livro de Linhagens*, dedicado à ascendência, descendência e vida de Rodrigo Dias de Vivar, surge apenas uma breve síntese de dois “parrafos” sobre diversas façanhas por ele protagonizadas (LL8C8), que, estranhamente, terminam com uma remissão para as campanhas portuguesas de Fernando Magno – retrocedendo, portanto, aos inícios da vida guerreira do *Cid* neste reinado, em vez de avançar para as suas aventuras nos reinados de Sancho II e Afonso VI, marcadas pelo seu exílio levantino.
- 10 Esta acentuada diferença na quantidade e qualidade da informação plasmada nas duas obras de D. Pedro, quer sobre a relação entre Rodrigo Dias e Fernando Magno quer sobre as campanhas deste monarca, deixa perceber uma interferência na voz autoral do Conde presente no *Livro de Linhagens*, hipoteticamente atribuível aos seus refundidores, que, através de intervenções bastante difusas no texto (iniciadas logo após a sua morte e estendidas até meados da década de 1380, com epicentro no título XXI), foram inserindo os Pereira dentro das fronteiras da família real e situando-os como cabeça da aristocracia primacial portuguesa (por via da sua procedência nos Trava-Trastâmara).
- 11 Com efeito, importa analisar, em primeiro lugar, o conteúdo do título VIII do *Livro de Linhagens*, comparando-o quer com a *Crónica de 1344* (e com a *Crónica de Castela*) quer com os conteúdos de toda a matéria cidiana, de forma a definir as causas e características desta intervenção específica na forma primitiva do nobiliário de D. Pedro.
- 12 Primeiramente, este título encontra-se encabeçado por uma epigrafe descritiva que enuncia a intenção de expor a ascendência dos Mendonça, Lara, Castro e Bermudes, em Rodrigo Dias de Vivar, bem como os feitos do *Campeador*. Mas, em nenhum momento se cumpre este objectivo, centrando-se este título apenas na ascendência do *Cid* e na sua descendência mais directa, interpolada por uma breve sinopse sobre os seus feitos (LL8C8). A julgar pelas informações presentes em LL8A1, B1-4 e C2-8, D. Pedro terá tentado harmonizar as genealogias cidianas provenientes da *Crónica de Castela* e do *Liber Regum*, misturando-as com apontamentos evocativos das *Mocedades de Rodrigo*³¹.
- 13 Na sua essência, a genealogia proposta pelo *Liber Regum* (e, indirectamente, pela *Crónica de Castela*) assenta, fundamentalmente, naquela proveniente da *Historia Roderici*³²,

recolhendo também múltiplas passagens biográficas, que vão da infância de Rodrigo junto a Sancho II até à sua lide com Sancho Garcês, passando pela sua expedição a Saragoça, pela batalha de Graus, pela sua nomeação como Alferes, pela batalha de Golpejera ou pelo combate com os cavaleiros de Zamora, por exemplo³³. Fundamentalmente, o *Liber Regum* diverge bastante da tradição historiográfica da *Historia Roderici* em duas passagens cruciais: no auxílio prestado por Rodrigo a Sancho II contra Garcia II, durante a batalha de Santarém (salvando o rei de Castela do cativoiro)³⁴, e na morte dada ao assassino de Sancho II³⁵.

- 14 Voltando ao *Livro de Linhagens* (LL8C8), podemos verificar que, no que toca aos feitos de Rodrigo Dias, D. Pedro contrai a épica cidiana em dois breves “parrafos” estruturados de uma forma bastante enumerativa e circular:

Este Cide Rui Diaz venceu cinco reis mouros a ùa hora. E o Cide Rui Diaz venceu rei dom Garcia, e venceu el rei dom Afonso de Leom e prende-o. Este rei dom Afonso foi despois rei de Castela e de Leom e de Portugal. E despois venceu o conde de Saboia com todo o poder d’el rei de França duas vezes. E este Rui Diaz levou el rei dom Fernando de Castela, o que foi par d’emperador, pera França, e esteve seis meses em França a pesar do emperador e d’el rei de França e de sete reis e do papa, a que pesava muito; e todo esto era com medo do Cide Rui Diaz, ca nunca se todos atreverom a lidar com el rei, com medo d’el. E o emperador e el rei de França rogarom o papa que enviasse rogar el rei que se tornasse pera sa terra, e el rei nom quis, ataa que o papa e o emperador e os outros reis houverom de fazer quanto el mandou; e assi se tornou honrado e bem-andante pera sa terra pela boa aventura do Cide.

E o Cide venceu el rei dom Pedro d’Aragom e prende-o. E o Cide venceu o conde dom Remom de Barcelona duas vezes em campo, e vence-o e prende-o. E o Cide venceu rei Hunaz de Marrocos, com todo o poder d’aalem mar, e morreo ende com pesar. O Cide venceu rei Bucar de Marrocos, irmão deste rei Hunaz, com oito reis. E depois que o Cide morreo, venceu rei Bucar outra vez, com todo o poder que pode ajuntar d’Africa. E esto foi per a vertude de Deus, que lhe enviou o apostolo Sam Tiago em sa ajuda. E Nosso Senhor mandou dizer ao Cide em sa vida, per Sam Pedro, per qual guisa havia de vencer. E estas duas vezes que o venceu, forom no campo do Quarto, a cabo de Valença, que o Cide filhara aos Mouros com outros muitos castelos. O Cide venceu outros muitos cristãos e Mouros, tam bem reis come outros mui honrados, por muitas vezes. **E foi na filhada de Coimbra e de Lamego e de Viseu e do Porto** e outrossi em Castela e em outros muitos logares. (LL8C8)

- 15 Note-se que, depois de compilar uma série de episódios vitais de Rodrigo Dias, dentro da cronologia criada pelas *Mocedades de Rodrigo* (ou seja, centrando-se principalmente em eventos cidianos do reinado de Fernando Magno), esta passagem finda com as campanhas beirãs, devido ao peso dado pela *Crónica de Castela* à investidura do Cid durante a conquista de Coimbra, provocando, no entanto, um corte incoerente e um retrocesso anacrónico na vida do *Campeador* (à sua juventude no período fernandino), em vez de avançar para o seu exílio e façanhas levantinas nos reinados de Sancho II e Afonso VI. Repare-se, também, que são mencionadas em primeiro lugar as vitórias sobre os cinco reis mouros³⁶, sobre Garcia II³⁷ e sobre Afonso VI³⁸, retrocedendo depois para as façanhas francesas do Cid, que, segundo as *Mocedades*, aconteceram ainda no reinado de Fernando Magno³⁹. Depois, D. Pedro avança novamente para várias lides campais: vitórias sobre o rei de Aragão⁴⁰, sobre o Conde de Barcelona⁴¹ e sobre os reis muçulmanos Bucar e Hunaz⁴². O remate final dado através da invocação da graça espiritual de Santiago e da menção desordenada às conquistas de Coimbra, Lamego, Viseu e Porto, denota uma colocação intencional de todo o ciclo cidiano nas fronteiras do reinado de Fernando Magno⁴³, desarticulando-se o registo historiográfico construído

em torno das campanhas, pois a sua ordem (Lamego, Viseu e Coimbra) encontra-se completamente invertida e acoplada a uma presúria ficcional do Porto – talvez resquício de uma expressão do texto primitivo do nobiliário, remissiva para campanhas em Portugal e não para a reconquista do Porto, que acontecera em pleno século IX.

- 16 Já a linha narrativa delineada pela *Crónica de 1344* apresenta uma maior colagem à *Crónica de Castela* e, conseqüentemente, maior coerência no desenvolvimento da sua linha temporal e uma descrição mais detalhada de cada episódio. Primeiramente, no capítulo CCCII, surge uma genealogia do Cid, em tudo similar àquela exposta no *Livro de Linhagens*, com excepção da alusão a Fernão Dias, irmão bastardo de Rodrigo Dias. Após vários capítulos sobre a ascendência e ascensão social de Fernando Magno, D. Pedro retoma a biografia do Cid no capítulo CDXLVI, onde explica as circunstâncias da criação e ensinança marcial de um jovem Rodrigo Dias na casa deste soberano⁴⁴, sendo de destacar a sua primeira vitória contra os cinco reis mouros – primeiro episódio invocado na biografia cidiana do nobiliário – e o subsequente encadeamento com a lide com o conde Gomes de Gormaz e casamento com D.^a Ximena⁴⁵.
- 17 De seguida, encontra-se a primeira dissonância cronológica entre as duas obras do Conde de Barcelos: enquanto o *Livro de Linhagens* evoca uma vitória sobre Garcia II (dedutível pela imediata referência subsequente às suas batalhas com Afonso VI), a *Crónica de 1344* insere Rodrigo Dias nas guerras de Fernando Magno com Garcia de Navarra e o rei de Aragão, encadeando-as com uma primeira ida do Cid a Santiago e com a sua lide campal contra o conde Martim Gomes (Martim Gonçalves, segundo as *Mocedades*), em Calahorra, bem como com a traição dos condes de Castela⁴⁶.
- 18 Não fosse esta diferença temática no início destes “parafos” cidianos do *Livro de Linhagens*, as duas obras do Conde D. Pedro seriam inteiramente concordantes com a cronologia das *Mocedades*, pois este último episódio surge nesta obra pouco tempo depois dos trechos dedicados ao casamento de Rodrigo Dias, sendo apenas separados pela vitória contra o mouro “Burgos de Ayllón”⁴⁷.
- 19 No entanto, o salto temporal do *Livro de Linhagens* dos tempos de Fernando Magno para as lides contra Garcia II e Afonso VI (ao lado de Sancho II) ignora um longo período cronológico, que, dentro da *Crónica de 1344*, é preenchido até à conquista de Coimbra (1064), principalmente, pelas lutas de Rodrigo contra os reis mouros e contra os condes castelhanos traidores⁴⁸.
- 20 A segunda dissonância narrativa entre as duas obras do Conde de Barcelos advém do já referido retrocesso do nobiliário novamente para o reinado de Fernando Magno – imediatamente depois de ter referido brevemente as pelepas de Rodrigo Dias com Garcia II e Afonso VI –, centrando-se nas campanhas francesas do Cid, enquanto que, na crónica, a luta pela libertação da Hispânia do feudo francês (e papal) apenas surge muito tempo depois da conquista de Coimbra – ou seja, num período que, na realidade, corresponderia a 1064-1065 (final do reinado de Fernando Magno) e não às décadas anteriores⁴⁹.
- 21 Aparentemente, a escrita de D. Pedro parece seguir duas lógicas distintas, que convergem apenas na centralidade da investidura de Rodrigo Dias: enquanto o *Livro de Linhagens* escolhe retroceder no tempo em direcção aos anos centrais do reinado de Fernando Magno (logo depois de aludir primeiramente às vitórias contra Garcia II e Afonso VI), para se apropriar da apoteose das *Mocedades*, alcançada nas vitórias ultrapirenaicas do Cid e sua subsequente investidura (em Paris), nomeação para a

alferesia e investidura de 900 cavaleiros, a *Crónica de 1344* segue o passo da *Crónica de Castela* e prossegue com a sua investidura ibérica em Coimbra⁵⁰, harmonizando-a com as fontes historiográficas que, desde os tempos de Lucas de Tui, davam esta campanha como o culminar da governação de Fernando Magno nos seus últimos anos.

- 22 Esta opção do nobiliário sugere uma desestruturação do seu texto primitivo e uma articulação (enumerativa) diferente das fontes utilizadas, sendo que a evocação das batalhas contra o conde de Barcelona e os reis Bucar e Hunaz, indiciam, até, uma ligeira inflexão do discurso em direcção à matéria do *Cantar del Mio Cid*⁵¹.
- 23 A própria referência desordenada às conquistas de Fernando Magno indicia também que, para além de terem sido retiradas passagens cidianas próximas daquelas presentes na *Crónica de 1344*, as campanhas poderiam ter sido esquecidas e, depois, realocadas no texto, fora da linha cronológica das *Mocedades*, da *Crónica de Castela* ou, sequer, da própria crónica de D. Pedro – provavelmente, aquando do processo de refundição empreendido pelos Pereira⁵².
- 24 A nosso ver, a principal prova deste processo está na forma como, para além de o nobiliário apresentar uma sequência incompleta e desordenada das campanhas beirãs (Coimbra, Lamego e Viseu, em vez de Viseu, Lamego, Coimbra, Seia e Gouveia), as misturar com uma presúria fictícia do Porto em tempos de Fernando Magno (LL8C8), sinal de um possível reaproveitamento de uma expressão oriunda do texto primitivo do nobiliário, alusiva a conquistas portugalenses e não à conquista específica do Porto – já ocorrida no século IX. Por outro lado, em nenhum momento desta passagem do nobiliário se descrevem detalhadamente os feitos de Rodrigo Dias ou de Fernando Magno e tampouco os eventos bélicos beirãos dos capítulos CDLV e CDLVI da *Crónica de 1344*, pelo que se pode depreender a existência de uma truncagem do conteúdo deste título VIII.
- 25 Na sua essência, estes capítulos da *Crónica de 1344* refundem as informações dos capítulos XII, XIII e XIV da *Crónica de Castela*, justificando plenamente uma análise comparativa do conteúdo dos dois textos, em paralelo com a entrada cidiana do *Livro de Linhagens*: em primeiro lugar, percebemos imediatamente que, apesar de no nobiliário estarem invertidas em relação à sua sequência natural (Coimbra, Lamego e Viseu), a ordem das campanhas proposta pela *Crónica de Castela* é a mesma do *Livro de Linhagens*, exceptuando apenas a alusão do texto castelhano às conquistas de Seia e Gouveia (logo no início da campanha)⁵³ e, no texto português, à presúria do Porto; a ordem Seia, Gouveia, Viseu, Lamego e Coimbra, parece ter, de facto, a sua equivalência na sequência Viseu, Lamego, Coimbra e Porto, do Conde de Barcelos; em segundo lugar, notamos na *Crónica de Castela* um esforço de combinação e síntese do conteúdo historiográfico que a antecedeu (desde as antigas crónicas e analística latina até à historiografia afonsina) com o mote tonal imposto quer pelas *Mocedades de Rodrigo* (c. 1250-1260) quer pela poesia jogralesca dedicada aos episódios vitais de Fernando Magno; com efeito, a *Crónica de Castela* recolhe a vingança imposta aos habitantes de Viseu pela morte de Afonso V (sogro de Fernando Magno), mimetiza o episódio de cativo e expropriação imposto aos mouros de Lamego e, por fim, reproduzindo o milagre jacobeu que antecedeu a conquista e o apoio prestado por Lorvão aos sitiados, descreve novamente o assédio a Coimbra⁵⁴; esta última passagem é integralmente transcrita no capítulo CDLVI da *Crónica de 1344*, sendo de assinalar também o abraçar da intervenção cidiana no milagre que antecedeu a campanha, nos seus feitos bélicos e a sua investidura final,

sem que, no entanto, este trecho se visse reflectido em qualquer secção do *Livro de Linhagens*⁵⁵.

- 26 Os relatos das conquistas fernandinas presentes na *Crónica de Castela* e na *Crónica de 1344* são fruto de um longo processo de apropriação sucessiva de dados historiográficos, começando pela *Historia Silense*, pela *Crónica de Nájera* e pelos anais portugueses, organizados, depois, tanto no *Chronicon Mundi* como no *De Rebus Hispaniae* e otimizados na *Estoria de España* afonsina. Contudo, estas duas obras destacam-se das demais pela sua reivindicação do ciclo cidiano, através das *Mocedades de Rodrigo*, tornando Fernando Magno e Rodrigo Dias em símbolos do estado de simbiose existente entre monarquia e aristocracia, por oposição à liturgia “imperial” emanada dos escritos afonsinos⁵⁶.
- 27 Todavia, importa realçar que as próprias *Mocedades*⁵⁷ se prefiguram também como o culminar evolutivo da matéria cidiana medieval: hoje sabemos que os primeiros escritos de tema cidiano possuem uma origem árabe e reportam-se à reconquista e ocupação do reino de Valência⁵⁸; de origem catalã (em Ripoll) ou aragonesa (na catedral de Roda)⁵⁹ e composto por volta de 1082, 1083, 1093/94, 1098/99 ou, até, já na segunda metade do século XII⁶⁰, o *Carmen Campidoctoris* terá sido certamente o primeiro poema de gesta inspirado na matéria cidiana, discorrendo no seu texto latino (em estrofe sáfica rimada) sobre a tríade de batalhas campais de Rodrigo Dias, conducentes à sua lide com o conde de Barcelona⁶¹; apresentando óbvias relações intertextuais com esta última obra⁶², a *Historia Roderici* constituiu o primeiro grande ensaio de uma visão historicista da biografia do Cid⁶³, composto por volta de 1185-1190 (muito provavelmente na zona de Nájera) com base numa recolha de relatos orais sobre os seus feitos heroicos (feita, talvez, num contexto eclesiástico)⁶⁴; aproveitando o manancial de informação presente nesta obra (também transposto parcialmente para a *Crónica de Nájera*), o *Liber Regum* encarregou-se de desenvolver a genealogia de Rodrigo Dias e de sintetizar a sua biografia, por volta de 1200⁶⁵; sensivelmente na mesma cronologia, surgiria a primeira versão do *Cantar de Mio Cid*, que, estruturando tradições de várias origens (desde a *Historia Roderici* até a tradições orais de carácter jogralesco), apresentava já uma perspectiva menos “rebelde” sobre esta personagem e encarnava neste infanção fronteiriço um ideal de lealdade e de bravura que se opunha às traições e deslealdades (políticas e militares) da alta aristocracia condal⁶⁶; a própria monarquia não seria insensível a esta nova mensagem social, sendo que Afonso X iria encetar um esforço de sedimentação da biografia cidiana na sua escrita historiográfica, recorrendo também a tradições orais que nos são desconhecidas, mas correntes ainda na década de 1270; contudo, o falhanço do projecto “imperial” afonsino e a degradação das suas relações com a alta aristocracia castelhano-leonesa fariam emergir uma nova gesta cidiana, as *Mocedades de Rodrigo*, onde, como já tivemos oportunidade de referir, um jovem Rodrigo Dias se torna no principal instrumento político-militar dos últimos anos de reinado de Fernando Magno e se apresenta ao leitor um equilíbrio ideal (de signo cavaleiresco) na soberania partilhada entre a coroa e a sua nobreza; como vimos, esta gesta primitiva das *Mocedades de Rodrigo* condicionaria a refundição parcial da historiografia afonsina presente na *Crónica de Castela* (e, indirectamente, na *Crónica de 1344*), redireccionando a biografia cidiana para os tempos de Fernando Magno, em vez do reinado de Sancho II; a estrutura primitiva da gesta das *Mocedades* é-nos desconhecida⁶⁷, sobejando apenas uma versão refundida do seu conteúdo (interpolada por notícias relativas à história da diocese palentina), datável de 1350-1360⁶⁸, presente na denominada *Crónica Rimada do Cid*; pelos mesmos anos surgiria a *Estoria Caradignense*

do *Cid*, um texto ficticiamente atribuído a Al-Faray, alvazil do *Cid*, e localizado como uma interpolação à versão amplificada da *Estoria de España* de Afonso X (1289)⁶⁹.

- 28 Com efeito, as *Mocedades* constituíram um momento de fractura nas fórmulas narrativas inerentes à tradição textual da matéria cidiana, profundamente adequado à mensagem de irmandade universal nobiliárquica proposta por D. Pedro⁷⁰, por reacção à política de centralização de poderes levada a cabo pela coroa portuguesa⁷¹. Mas, mesmo assim, o capítulo VIII do *Livro de Linhagens* (LL8C8) fica muito aquém no aproveitamento ideológico desta perspectiva idiossincrática da personagem literária de Rodrigo Dias, talvez por força da intervenção refundidora dos Pereira.

Um outro Rodrigo: o Rodrigo Froilaz de Trastâmara literário

- 29 Uma das chaves possíveis para a intervenção feita no capítulo VIII do *Livro de Linhagens* pode advir da passagem LL21G7, dedicada a Rodrigo Froilaz de Trastâmara, versão ficcional do verdadeiro irmão de Pedro Froilaz de Trava. Neste texto, Rodrigo Dias é perfeitamente secundarizado por Rodrigo Froilaz, que surge como uma versão galaico-portuguesa do *Cid*, ao confiar toda a sua lealdade a Garcia II, soberano que, tal como Sancho II, iria ser suplantado pela estratégia hegemónica de Afonso VI.
- 30 A estória contada por esta passagem pode ser resumida da seguinte forma: tal como o *Cid* das *Mocedades*, Rodrigo Froilaz de Trastâmara terá iniciado as suas lides guerreiras – também contra os mouros – ainda no reinado de Fernando Magno, tendo confiado a sua lealdade a Garcia II da Galiza, após a repartição do seu império⁷²; advertido por Rodrigo Dias para a solenidade do juramento prestado a Fernando Magno por seus filhos, Sancho II declararia a intenção de corrigir o processo de deseramento de que foi alvo, atacando primeiramente Garcia II⁷³; entretanto, Rodrigo Froilaz ganhara um lugar de destaque na corte de Garcia II, que, mal aconselhado por um magnate próximo, dirigia deficientemente o seu reino; tomando a iniciativa, Rodrigo Froilaz acabaria por assassinar este privado de Garcia II e buscaria exílio em França; ameaçado pelas iniciativas bélicas dos condes castelhanos Garcia de Cabra, Nuno de Lara e do Conde de “Monçon”, Garcia II mandou chamar novamente Rodrigo Froilaz, que, por esta altura, se encontrava já em Navarra; estando o rei em Água de Maias (junto a Coimbra), Rodrigo Froilaz fez-se novamente vassalo de Garcia II, advertindo-o para a ameaça de Sancho II e solicitando-lhe a participação da aristocracia portuguesa neste conflito, na vanguarda das suas hostes; tomando a dianteira, Rodrigo Froilaz e seus irmãos (Pedro Froilaz e Bermudo Froilaz) levaram os portugueses à vitória, infligindo inúmeras baixas aos castelhanos; nesta campanha morreria Fafes Sarracins⁷⁴ e Rodrigo Froilaz ficaria bastante ferido; aconselhado por Rodrigo Froilaz, Garcia II confiaria o seu exército a Pedro e Bermudo Froilaz, irmãos de D. Rodrigo, e a Garcia e Fernão Peres de Trava, seus sobrinhos⁷⁵, desencadeando uma nova lide em Santarém⁷⁶; apesar dos seus ferimentos, Rodrigo Froilaz lideraria novamente os portugueses, desferindo uma pesada derrota aos castelhanos e aprisionando Sancho II; através de Egas Ermiges (de Ribadouro) e de Monio Ermiges (de Ribadouro)⁷⁷, fez saber a Garcia II da vitória e prisão do seu irmão; o esforço desta segunda lide levaria a um agravamento dos ferimentos de Rodrigo Froilaz, que, no seu leito de morte, entabulou um último diálogo com Pedro Froilaz e Garcia II, louvando os feitos da aristocracia portuguesa (importa notar que, nesta passagem, o narrador alude directamente à ascendência dos reis de Portugal nos Trava-Trastâmara,

claro sinal de intervenção dos Pereira, descendentes de Rodrigo Froilaz); apesar da vigilância de quatro cavaleiros, Sancho II conseguiria escapar ao cativo e juntar-se às suas tropas, que, sob a liderança de Rodrigo Dias de Vivar, iriam finalmente vencer e aprisionar Garcia II, que perderia também Pedro e Bermudo Froilaz.

- 31 A nosso ver, esta narrativa surge de uma mescla entre matéria cidiana/fernandina posterior à conquista de Coimbra (na linha cronológica criada pela *Crónica de Castela*), retirada directamente do capítulo VIII do *Livro de Linhagens*, e os factos descritos no capítulo CDLXXVIII da *Crónica de 1344*:

Despois que el rey dom Garcia soube como em seu irmão el rei dom Affonso não tinha ne huu bõo conforto, quis ajuntar sua hoste por hyr sobre elle, ca elle era home de grande coraçõ e pera grandes feitos. Mas elle avya por conselheiro hũu seu privado, per que se elle muito regia, e este sabia todas suas poridades e era home de maaos conselhos e era cõtra os ricos homees e fidalgos e contra todollos outros nobres homees. E eles, veendo o seu muy maaos conselheiro e como se el rei não queria com outro ne huu conselhar, e veendo o grande perigoo em que eles e seu senhor eram, per aazo e cajon de tal homen, ouverõ conselheiro como o matassen ãte el rei e que assi seeria tirado dantre eles todo maaos conselheiro. Feito este acordo, foi logo posto e obra, ca o matarõ em sua presença. E el rey tevesse dello por muy deshonorado, ca teve que lho fazia em despreçameto por que lho mataron dyante. E esto fezerom eles, veendo que o seu feito e o do reyno podya viir em grande dampno e por que ja alguas vezes lhe disserõ que o lançasse de si, ca o conselhava mal, e elle o não quis fazer. E, cõ grande sanha que ouve deles, apremouhos muito mais que sohya e ameaçavaos, dizendo que nuca averiam o seu amor. E eles, temendosse delle, foronsselhe muitos deles pera Castella e deles pera el rei dom Afonso. (*Crónica de 1344*, Cap. CDLXXVIII).

- 32 Através deste testemunho, podemos verificar que a refundição dos Pereira terá provocado uma assinalável mudança de actores em relação à narrativa da crónica: Afonso VI deu lugar a Sancho II; Sancho II ganhou o valimento do Cid, gerador da sua vitória final; e Garcia II o de Rodrigo Froilaz, personagem que, enquanto viveu, o salvaguardou de inimigos internos e externos. Já a *Crónica de 1344* usa a morte do privado malicioso de Garcia II como o móbil de uma secessão aristocrática pró-castelhano-leonesa, redundante na vitória de Afonso VI, enquanto que o *Livro de Linhagens* a utiliza como um mecanismo de aproximação de Rodrigo Froilaz ao seu monarca.
- 33 Ainda mais complexos são os sinais de apropriação da mitologia cidiana por parte dos construtores da personagem literária de Rodrigo Froilaz. A primeira grande similitude prende-se com o facto de tanto Rodrigo Froilaz como Rodrigo Dias terem vivido a sua juventude durante o reinado de Fernando Magno, remetendo imediatamente para a linha cronológica transitada das *Mocedades* para a *Crónica de Castela* – e, indirectamente, para a *Crónica de 1344*. A exemplo de Rodrigo Dias, a passagem refere que Rodrigo Froilaz se destacou na sua juventude pela luta contra os mouros, um inimigo primordial que justificou, em grande medida, a fama guerreira do primeiro. Por outro lado, no texto sobejou um breve trecho remetente para a sua matéria primitiva, onde Rui Dias adverte Sancho II para a importância do cumprimento do juramento feito pelos filhos de Fernando Magno, de forma a evitar uma guerra a larga escala entre os reinos da Galiza, Castela e Leão, sendo que o tópico do deserdamento é estritamente utilizado contra Garcia II (e não Afonso VI)⁷⁸. Neste contexto, Rodrigo Froilaz assume-se como fiel vassalo de Garcia II e principal agente do seu mando, tal como Rodrigo Dias o era em relação a Sancho II – como se propõe desde a *Historia Roderici*⁷⁹ –, a Afonso VI – após a

reaproximação vivamente descrita no *Cantar de Mio Cid*⁸⁰ – ou, até, de Fernando Magno – nas *Mocedades* e na *Crónica de Castela*.

- 34 Este reflexo invertido da fidelidade cidiana justifica-se, em grande medida, pelo contexto de refundição do nobiliário do Conde D. Pedro⁸¹, já que aos Pereiras de finais do século XIV seria conveniente evidenciar a intemporalidade das oposições sociais existentes entre Portugal e Castela, fruto do lento exacerbamento dos conflitos lusocastelhanos até à crise de 1383-85⁸². Ao grande arauto simbólico da aristocracia guerreira castelhana, encarnado na personagem literária do Cid, contrapunha-se agora um Rodrigo Froilaz ficcional, representante da grande nobreza galega – na sua qualidade de Trava-Trastâmara – e portuguesa – como antepassado dos Pereira⁸³.
- 35 A mimetização das façanhas do Cid torna-se ainda mais evidente quando verificamos que Rodrigo Froilaz levou a cabo um exílio franco-navarro (após o assassinato do privado maléfico de Garcia II), pois este episódio parece surgir de uma reinterpretação da apoteose da *Mocedades*, onde Rodrigo Dias acompanha Fernando Magno nos seus litígios com o rei de França, com o Papa e com o conde de Saboia, numa pugna pela libertação da Hispânia da influência imperial ultra-pirenaica⁸⁴, conducente à investidura do *Campeador* e à sua alferesia.
- 36 No mesmo sentido, surgem as lides de Rodrigo Froilaz contra os condes castelhanos que ameaçavam o reino de Garcia II, que, a exemplo dos condes traidores das *Mocedades*⁸⁵, colocavam em questão a ordem natural imposta pela repartição da herança de Fernando Magno. Um dos líderes mais proeminentes das hostes castelhanas é justamente o conde Garcia de Cabra, figura que, apesar de ser vista a uma luz diferente, se encontra mencionada tanto nas *Mocedades* como no *Cantar de Mio Cid*⁸⁶. A própria forma e razões pelas quais Rodrigo Froilaz regressa ao serviço de Garcia II assemelham-se, em grande medida, àquelas que levaram Rodrigo Dias a apoiar Afonso VI, ao ponto de se enfatizar igualmente o envio de uma missiva através de um corpo de mensageiros⁸⁷.
- 37 Quanto à batalha de Santarém, entre as forças de Garcia II e Sancho II, os refundidores acabam por inverter novamente as premissas do imaginário cidiano, visto que, ao contrário daquilo que se explana no *Liber Regum*⁸⁸, o soberano castelhano chega a ser aprisionado pelos portugueses caudilhados por Rodrigo Froilaz, sem que nunca tenha sido salvo por Rodrigo Dias.
- 38 Por fim, o remate dado à vida de Rodrigo Froilaz assemelha-se bastante às condições criadas em Valência, após a morte do Cid (em 1099). Note-se que Rodrigo Dias se tornou rapidamente numa vítima das fadigas próprias de uma intensa vida bélica, morrendo apenas cinco anos depois da conquista do seu estado feudal levantino e deixando o governo da região à sua viúva, que, enfrentada com um prolongado assédio almorávida, se viu obrigada a abandonar Valência em 1102, sob escolta do exército régio aragonês⁸⁹. Por sua vez, Rodrigo Froilaz viu as chagas ganhas durante a primeira lide contra os castelhanos serem agravadas pela sua participação na batalha de Santarém, causando-lhe a morte. Tal como Valência, a ausência da força condutora deste herói desembocaria na perda do reino galego para os seus inimigos externos, que, em vez de mouros, se assumiam agora como as hostes castelhanas – sem que nunca se aluda à posterior intervenção de Afonso VI no espaço galaico-português ou à insurreição condal portugalense que antecedeu todos estes eventos.
- 39 Com efeito, a vitória de Sancho II, pela mão de Rodrigo Dias, coloca o Cid na pele de um vilão, que, em nome da sua fidelidade feudo-vassálica, acabou por atentar contra a

sacralidade do juramento feito pelos filhos de Fernando Magno, dando, assim, à aristocracia castelhana um perfil ético bastante dúbio – por oposição aos portugueses, que nunca abandonaram este juramento e o seu legítimo rei, Garcia II.

- 40 Somos da opinião que a refundição da matéria cadiana retirada do título VIII – justificativa da massiva e desordenada síntese presente nesta secção – terá proporcionado aos Pereira as ferramentas ideais para a construção desta passagem do título XXI, dando a Rodrigo Dias de Trastâmara uma aura heroica comparável àquela de Rodrigo Dias de Vivar. Mas esta complexa construção narrativa falha, todavia, na sua conexão à biografia documentável de Rodrigo Froilaz de Trastâmara, irmão do célebre Pedro Froilaz de Trava e antepassado dos Palmeira, Pereira e Tougues⁹⁰.
- 41 Aparentemente, o nosso Rodrigo Froilaz literário ocupa uma posição cronologicamente intermédia entre dois Rodrigo Froilaz aparentados com os Trava: Rodrigo Froilaz (I) e o já referido Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II). Segundo uma breve memória genealógica dos patronos do mosteiro de Sobrado⁹¹, Rodrigo Froilaz (I) foi pai de Mendo Rodrigues, de Gonçalo Rodrigues e de Froila Rodrigues. Deste último nasceu Bermudo Froilaz, pai de Froila Bermudes e avô de Pedro Froilaz de Trava e de Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II). Margarita Torres Sevilla⁹² defende que Rodrigo Froilaz (I) poderá ter sido filho do turbulento conde coimbrão Froila Gonçalves⁹³, que, em nome das suas aspirações territoriais, se aliou aos poderes muçulmanos e hostilizou os seus parentes colaterais, patronos do mosteiro de Sever do Vouga, resultando na perda de Coimbra nos finais do século X⁹⁴. Por isso, este Rodrigo Froilaz (I) poderá ser aquele que entrou em litígio com Troitesendo Vímares por uma herdade em Guilhabreu, que tinha pertencido aos filhos de Sandino Soares e de D.^a Ximena (Fernando, Soeiro e Goldegrodo), ou seja, aos já referidos patronos de Sever⁹⁵.
- 42 Bastantes décadas mais tarde, surgiria Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II), personagem que, tal como o Cid, também nasceu em finais do reinado de Fernando Magno⁹⁶, encontrando-se documentado com sua esposa, Moninha (ou Gontinha) Gonçalves da Maia, a partir de 1087⁹⁷. Apesar de alguns erros evidentes⁹⁸, não temos grandes dúvidas de que este casal terá dado origem a Gonçalo Rodrigues da Palmeira, patriarca dos Palmeira-Pereira, a Mem Rodrigues de Tougues, a Elvira Rodrigues e a Velasquida Rodrigues, tal como os nobiliários sugerem⁹⁹.
- 43 Em certa medida, estas falhas na reconstituição genealógica da ascendência dos Trava no século XI dever-se-ão fundamentalmente a uma intervenção exagerada dos Pereira, que, devido aos seus escassos conhecimentos genealógicos alti-medievais, provocaram duplicações de personagens e falhas inter-geracionais bastante relevantes¹⁰⁰. Neste espaço cronológico, correspondente às décadas centrais desta centúria, os Pereira encontraram o espaço de memória ideal para construir os relatos míticos sobre o seu mais antigo antepassado, Rodrigo Froilaz. A nosso ver, parece-nos bastante improvável que, ao estar documentado apenas a partir de 1087, Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II) pudesse ter participado tão activamente nos acontecimentos que antecederam a deposição de Garcia II (1071) e, muito menos, que tivesse morrido em algum dos episódios bélicos deles decorrentes¹⁰¹.
- 44 Tal como já referimos, a ascendência de Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II) remonta a Rodrigo Froilaz (I), provável filho do último conde de Coimbra, Froila Gonçalves. Do casamento entre Rodrigo Froilaz (I) e D.^a Elvira terão nascido Froila Rodrigues, Mendo Rodrigues e Gonçalo Rodrigues¹⁰². Por sua vez, Froila Rodrigues terá casado com D.^a Inhiga Gonçalves, filha do conde Gonçalo Froilaz e de D.^a Ildoara, de quem teve

Bermudo Froilaz, Maria Froilaz, Rodrigo Froilaz (?)¹⁰³ e Fernando Froilaz¹⁰⁴. Na geração seguinte, Bermudo Froilaz acabaria por casar com D.^a Gontrode e, depois, com D.^a Loba Rodrigues, senhora que se fez enterrar em San Martín de Jubia (1071), lugar onde também foi sepultado seu marido. Deste segundo matrimónio nasceram Froila Bermudes e Lúcia Bermudes¹⁰⁵. Em 1069, Froila Bermudes ensaiaria o primeiro envolvimento dos Trava-Trastâmara na alta política pós-fernandina, ao assassinar D. Godesteu, bispo de Iria-Santiago e seu parente¹⁰⁶. Esta acção visaria a constituição de um clima favorável à restauração do mapa diocesano galego clássico, durante o período de vacância da sé compostelana¹⁰⁷. Froila Bermudes casou com D.^a Elvira de Faro, filha do conde Mendo Bermudes, aio de Afonso V, e de Ildoara Guterres, descendente dos patronos do mosteiro de Aranga. Deste primeiro casamento terão nascido Gonçalo Froilaz, Pedro Froilaz de Trava, Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II) e Visclavara Froilaz. A partir de 1069, Froila Bermudes manteve vários pleitos patrimoniais com o mosteiro de Jubia, que só seriam apaziguados em 1086 através de uma vasta doação (de bens e direitos em Trasancos e S. Julián de Mondego), como forma de agradecimento por ter saído ileso da batalha de Sacralinas. Sabemos também que terá sido o fundador do mosteiro de Cascas e que terá falecido por volta de 1091-1092¹⁰⁸.

- 45 Irmão mais velho do conde Pedro Froilaz de Trava, aio de Afonso VII e poderoso valido de D. Raimundo, D.^a Urraca e D.^a Teresa¹⁰⁹, Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II) terá casado com Gontinha (ou Moninha) Gonçalves da Maia, de quem teve Mendo Rodrigues de Tougues, Gonçalo Rodrigues da Palmeira – pai de Rui Gonçalves de Pereira (I), primeiro senhor de Pereira –, Froila Rodrigues, Aldena Rodrigues, Elvira Rodrigues e Velasquida Rodrigues. Documentado entre 1087 e 1133, Rodrigo Froilaz (II) foi senhor dos portos e frotas da Galiza (1102), marcando presença nas cortes de D. Raimundo (1096), de D.^a Urraca (1110) e de Afonso VII (1127 e 1131). Em 1108, surge uma única vez entre os confirmantes de D. Pedro Froilaz, seu irmão. Através de inúmeras permutas patrimoniais (documentadas em 1087, 1093, 1096, 1104, 1107, 1110 e 1114), sabemos que foi detentor de bens em Chanteiro, Cervás, Carantoña, Pruzos, Neda, Meirás, Santiago de França, Brión, Papone, Orgiale, Viminario, Eritales, Canteiro, Cedeira, Perlío, Pentonices, Narahio, Bisanquis, S. Martín, Trasancos e Meango, tendo beneficiado Santiago e os cenóbios de Caaveiro e Jubia, onde foi sepultado junto a seu pai e mãe, por volta de 1133 (segundo um documento de 1137). Em 1117, surge também na Galiza sua esposa, que doa a Caaveiro uma herdade em Maniños¹¹⁰. Para além dos seus bens na Galiza, Rodrigo Froilaz (II) terá sido senhor de inúmeros domínios em Portugal, dispersos por um vasto território entre Braga e o vale do Ave e que ficariam nas mãos dos Tougues e dos Palmeira-Pereira¹¹¹.
- 46 Do primeiro casamento de Gonçalo Rodrigues de Palmeira com Fruilhe Afonso de Celanova, filha do magnate de ascendência galega Afonso Nunes de Celanova, nasceu Elvira Gonçalves, esposa de Rui Nunes das Astúrias e matriarca dos Nomães, e Rui Gonçalves de Pereira (I). Do seu segundo casamento com Urraca Viegas de Ribadouro, filha do famoso Egas Moniz de Ribadouro, nasceriam também Gonçalo Gonçalves, esposo de Maria Pais de Valadares e continuador da linha dos Palmeira, e Fernão Gonçalves¹¹². Gonçalo Rodrigues de Palmeira foi mordomo de D.^a Teresa (1114), tenente de Vermoim (1128-1146), de Penafiel de Bastuço e de Refóios de Riba de Ave (1146)¹¹³.
- 47 Em 1177, Rui Gonçalves de Pereira (I) confirmou a carta de couto que seu pai deu ao mosteiro de Landim e casou por duas vezes: com Inês Sanches, que, segundo LL21G11, foi por ele assassinada no castelo de Lanhoso, acusada de adultério¹¹⁴, e depois com

Sancha Henriques de Portocarreiro¹¹⁵. Entre outros filhos, do seu segundo casamento nasceu Pero Rodrigues de Pereira, tenente de Trancoso e Viseu (entre 1180 e 1183) e senhor da quinta de Pereira (no julgado de Vermoim). Através do seu primeiro casamento com Maria Pires Gravel, terá tido acesso a bens em Froiã, onde deu a criar um filho¹¹⁶. Dos inúmeros filhos nascidos desta união destaca-se claramente Gonçalo Pires de Pereira, personagem que, fruto da intervenção dos Pereira no nobiliário do Conde D. Pedro de Barcelos, foi apodado de “Conde” (LL21G13). Detentor de bens na freguesia de Lousada (no julgado de Vermoim), foi grão comendador da Ordem do Hospital na Hispânia (1268-1271) e comendador de Límia, Toronho, Távora e Faia (1280-1285). Segundo documentação de 1314, foi também comendador de Panóias, em Portugal. Terá morrido ainda antes de 1298, deixando relevante descendência, especialmente da sua primeira união com Urraca Vasques Pimental¹¹⁷.

- 48 Para além de ter sido pai do arcebispo D. Gonçalo Gonçalves de Pereira¹¹⁸, Gonçalo Pires deu também origem a Vasco Gonçalves de Pereira, seu irmão uterino, e, através da sua união a Maria Vasques, a Rui Gonçalves de Pereira II, ambos vassallos do Conde D. Pedro de Barcelos. Rui Gonçalves (II) será um dos prováveis responsáveis pelo início do processo de refundição do seu nobiliário – onde se inclui, logicamente, as façanhas de Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II), seu antepassado¹¹⁹. Vasco Gonçalves de Pereira, esposo de Inês Lourenço da Cunha (de quem teve descendência), foi cavaleiro vassalo do Conde D. Pedro e meirinho-mor do Entre-Douro-e-Minho (1324-1327). Durante a guerra civil de 1319-24 militou no partido de D. Dinis e foi um dos fiadores portugueses do tratado de paz com Castela de 1328. Documentado desde 1305, deteve direitos de padroado em Argivai, e vários bens no julgado de Vermoim e na esfera de influência do mosteiro de Arouca. Vasco Gonçalves morreria por volta de 1328¹²⁰.
- 49 Já Rui Gonçalves de Pereira (II) foi legitimado apenas em 1312 e foi esposo de Berengária Nunes Barreto, de Elvira Garcia Pinçoa e de Leonor Rodrigues Alvelo, tendo tido descendência apenas dos seus dois primeiros matrimónios. Em 1323, surge também como cavaleiro vassalo do Conde D. Pedro. Em 1347, era senhor do Paço e Couto de Covelas de Riba de Vouga e terá sido, provavelmente, patrono do mosteiro de Grijó. Talvez devido à sua proximidade em relação ao Conde, Rui Gonçalves (II) foi alvo de um tratamento bastante laudatório na sua reconstituição dos ramos portugueses dos Trava-Trastâmara, presente no já mencionado título XXI do nobiliário (LL21J14): “*boo cavaleiro, custoso de gram fazenda*”¹²¹.
- 50 Seu sobrinho, Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Hospital (1341-1375) e pai do condestável D. Nuno Álvares Pereira (herói da crise de 1383-1385), foi um dos principais beneficiários do processo de refundição do *Livro de Linhagens*, ganhando um destaque invejável na descrição da batalha do Salado (LL21G15)¹²².
- 51 Atendendo ao tom de oposição entre o Portugal/Galiza de Garcia II e a Castela de Sancho II, não é de todo improvável que a gesta de Rodrigo Froilaz (II) tenha surgido de uma intervenção no nobiliário durante a vida de Álvaro Gonçalves Pereira ou de D. Nuno Álvares Pereira, principalmente com a intenção de constituir um instrumento de propaganda favorável aos Pereira envolvidos nas hostilidades luso-castelhanas que marcaram os reinados de D. Fernando e de D. João I. Na verdade, se D. Nuno Álvares Pereira se transformou no arauto da soberania portuguesa contra a agressão castelhana, também Rodrigo Froilaz (II), seu antepassado longínquo, se afirmara como defensor incondicional da soberania galaico-portugalense de Garcia II, liderando a aristocracia portuguesa nas suas insuficientes vitórias contra Sancho II.

- 52 Incontestavelmente, a gesta de Rodrigo Froilaz (II) terá surgido de uma adaptação cirúrgica de episódios bem conhecidos da biografia literária de Rodrigo Dias de Vivar, transpostos para o contexto da dramática derrota de Garcia II e da falência da soberania galega do século XI, sob os auspícios de uma pena do século XIV, que, condicionada pelos objectivos políticos desta famosa geração de Pereiras, dava voz às oposições nacionais luso-castelhanas nascidas do encadeamento das guerras fernandinas com a crise de dinástica portuguesa de 1383-85.

Conclusões

- 53 As campanhas beirãs de Fernando Magno constituíram o pináculo da sua governação em território português, mobilizando grande parte da aristocracia infancional, participantes cruciais de complexas empreitadas bélicas (como a reconquista de Coimbra de 1064), que buscavam ainda validação política para o seu paulatino processo de suplantação da velha nobreza condal portugalense. A presença de toda a família real transformava cada um destes momentos numa oportunidade de afirmação social, resultante na construção de uma rede de solidariedades bastante próxima do seu futuro monarca, Garcia II.
- 54 Assim sendo, as conquistas beirãs ganharam uma centralidade relevante nos projectos de escrita historiográfica dos séculos XII e XIII, marcando presença na *Historia Silense*, na *Crónica de Nájera*, nos *Annales Portucalenses Veteres*, bem como no *Chronicon Mundi* e no *De Rebus Hispaniae*. Apesar de, a partir de Lucas de Tui, se promover uma síntese mais clara destes episódios, a sua descrição nunca perdeu uma dimensão bastante enumerativa, ainda eivada dos tópicos xenófobos da cronística leonesa, destacando-se, por isso, a referência à submissão e expropriação dos mouros de Lamego, a vingança exercida contra os habitantes de Viseu pela morte de Afonso V e a difícil campanha na urbe do Mondego, pontuada pela ajuda de Lorrão e pela visão jacobea. Repositório totalizante desta tradição, a historiografia afonsina redundaria numa inversão no sentido historicista da construção destes relatos, através da sua refundição seccional vertida na célebre *Crónica de Castela*. Ao contrário do projecto afonsino, que se distingue pela sua perspectiva imperial da soberania castelhano-leonesa, esta crónica estabelece um panorama diacrónico de uma partilha interdependente de poderes entre a monarquia e a sua aristocracia, visível, principalmente, na forma como um jovem Rodrigo Dias de Vivar se transforma num “braço direito” omnipresente de Fernando Magno, tanto antes como durante as suas conquistas portugalenses. Crucial para a construção deste novo modelo discursivo, que mescla intencionalmente a matéria cidiana com a tradição historiográfica, foi a assunção das *Mocedades de Rodrigo* como uma das linhas narrativas dominantes dentro do complexo universo literário cidiano (c. 1260-70).
- 55 Desde a *Historia Roderici* até ao *Cantar de Mio Cid*, e passando pelo *Carmen Campidoctoris* ou pelos testemunhos cidianos presentes na escrita historiográfica (desde o *Liber Regum navarro* até à própria historiografia afonsina), em nenhum momento se deslocou esta personagem da sua localização embrionária no reinado de Sancho II ou se ignoraram os feitos resultantes do seu exílio levantino. E, contudo, o texto primitivo das *Mocedades*, que podemos reconhecer por entre as interpolações palentinas da *Crónica Rimada do Cid*, escolheu recriar um Cid menos rebelde e mais alinhado com a autoridade régia, sem perder um tom de hostilidade latente em relação à alta aristocracia castelhano-leonesa

ou uma certa antipatia pelas influências ultra-pirenaicas na Península Ibérica, agradando, portanto, tanto aos escalões mais baixos da nobreza fronteiriça como aos arautos do projecto imperial de Afonso X.

- 56 Tendo em conta esta realidade, a *Crónica de Castela* e as *Mocedades* prefiguram-se como as duas faces de uma única moeda (na sua vertente historiográfica e épica, respectivamente), convertendo a estória de fidelidade cavaleiresca de Rodrigo Dias num exemplo de partilha simbiótica de soberania entre monarquia e aristocracia, desenhado para atingir o âmago de uma elite que, tanto em Portugal como em Castela, sofria com as crescentes medidas de centralização régia e que, até ao século XIV, viria a criar inúmeros veículos culturais defensores da sociabilidade nobiliárquica.
- 57 No seu esforço de concertação de dados historiográficos com esta nova gesta, a *Crónica de Castela* acabou por introduzir alterações relevantes na matéria cidiana, destacando-se a reinterpretção da investidura de Rui Dias como corolário da conquista de Coimbra – contrariando tanto a *Historia Roderici*, que a situa na casa de Sancho II, como as *Mocedades*, que a transformam na apoteose das campanhas francesas de Fernando Magno.
- 58 Vertida quase integralmente na *Crónica de 1344*, a matéria cidiana e fernandina da *Crónica de Castela* não teve grande correspondência nos relatos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Seria de esperar que, para além das notas genealógicas relativas à sua família, o título VIII do nobiliário do Conde de Barcelos, dedicado à descendência do *Campeador*, fornecesse um resumo sólido do caminho comum traçado por Rodrigo Dias e por Fernando Magno. E, contudo, encontramos nele apenas uma reconstituição genealógica, em tudo similar àquela da *Crónica de 1344* e que, tal como ela, cruza informações da *Historia Roderici* com o *Liber Regum*, e uma síntese avulsa de momentos marcantes de toda a épica cidiana (com origens muito diversas), rematada anarquicamente pela participação de Rodrigo Dias nas conquistas de Coimbra, Lamego, Viseu e Porto. Aparentemente, a voz autoral do Conde D. Pedro, que, dentro desta temática fernandina e cidiana, parece ter maior expressão na *Crónica de 1344*, poderá ter sido cerceada pelas iniciativas refundidoras dos Pereira, que, no seu esforço de recolha (e de truncagem) da matéria cidiana ali presente, deixaram no título VIII do *Livro de Linhagens* apenas dois “parafos” sinópticos, contendo uma sùmula desordenada de episódios vitais do Rodrigo Dias literário. Esta nossa suposição baseia-se no facto de, na *Crónica de 1344*, a partilha do reino de Fernando Magno resultar imediatamente num episódio de mau aconselhamento de um privado próximo de Garcia II, justificativo da decadência da sua soberania (cap. CDLXXVIII), enquanto que, no *Livro de Linhagens*, esta passagem foi convertida no ponto de partida da estória épica de Rodrigo Froilaz de Trastámara (II), narrada somente em LL21G7, como parte de um título dedicado aos antepassados dos Pereira.
- 59 José Carlos Miranda¹²³ defende que a intervenção profunda dos Pereira no *Livro de Linhagens* resultaria, em grande medida, da inclusão de um conjunto de materiais genealógicos e tradições avulsas relativas a esta família que, talvez por influência do próprio Conde sobre os seus vassallos Vasco Gonçalves de Pereira e Rui Gonçalves de Pereira (II), se foram concentrando nos repositórios desta parentela, formando uma espécie de nobiliário pessoal da linhagem – que se hibridizaria com a obra de D. Pedro. As intenções da refundição dos Pereira são sobejamente conhecidas e, de uma forma muito geral, visariam o estabelecimento destes dentro das fronteiras da família régia (através dos Trava) e uma vinculação mítica da família aos alvares da nacionalidade,

desde finais do século XI, estendendo-a diacronicamente até à batalha do Salado, fulcro culminante da reconquista ibérica dentro da mundividência senhorial do Conde de Barcelos. Para além de estarem presentes em múltiplos episódios laudatórios, os sinais da intervenção dos Pereira localizam-se principalmente na matéria genealógica, que, quando comparada com fontes documentais galegas e portuguesas, revela uma distorção assinalável das gerações que antecederam Rodrigo Froilaz e Pedro Froilaz, e, por isso, um desfasamento intencional (e mítico) da realidade.

- 60 Através da comparação desta passagem com vários momentos marcantes da épica cidiana e, até, com características tonais de algumas das suas obras, chegámos à conclusão que os Pereira se terão apossado de matéria cidiana, provavelmente proveniente da truncagem do título VIII do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, mesclando-a com o conteúdo do capítulo CDLXXVIII da *Crónica de 1344*, relativo ao privado viperino de Garcia II, para transformar Rodrigo Froilaz numa espécie de Cid português, perpetuado numa estória de conciliação e de fidelidade incondicional ao monarca galego, por oposição à conduta expansionista castelhana, que, tendo como arauto Rodrigo Dias de Vivar, ofendia o juramento feito em torno das partilhas de Fernando Magno. Desta forma, a escrita dos Pereira converteu Sancho II e Rodrigo Dias em vilões e Garcia II e Rodrigo Froilaz em heróis de uma gesta trágica.
- 61 Acima de tudo, esta mensagem de antagonismo entre Portugal e Castela não se coaduna com os objectivos explanados no preâmbulo introdutório do nobiliário de D. Pedro¹²⁴, onde se apela a uma irmandade unificadora de toda a aristocracia ibérica, adequando-se mais ao ciclo de oposição “nacional” iniciado com as guerras fernandinas. Em certa medida, a personagem salvífica de Rodrigo Froilaz (II), durante um período de proto-nacionalidade, seria comparável àquela do seu descendente directo D. Nuno Álvares Pereira, durante a crise dinástica de 1383-85, sendo que, por isso, não podemos descartar plenamente a hipótese de que esta narrativa poderá ter surgido de uma intervenção bastante tardia no nobiliário, dentro da casa do Santo Condestável ou de seu pai.
- 62 Importa, todavia, evidenciar a artificialidade deste texto, pois, apesar de estarmos certos de que Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II) terá nascido ainda durante o reinado de Fernando Magno e amadurecido até ao período de Afonso VI, não podemos aceitar, porém, que, ao se documentar apenas entre 1087 e 1133, pudesse ter participado tão activamente em episódios datáveis de 1071 e, muito menos, que tivesse morrido neles. Somos da opinião que, fruto do seu escasso conhecimento sobre a genealogia dos Trava-Trastâmara do século XI, os Pereira terão encontrado nesta cronologia um momento ideal para reescrever a história do seu antepassado mais longínquo, recriando-o na pessoa de uma personagem heroica de tom cidiano e numa posição cronologicamente intermédia entre dois Rodrigo Froilaz verdadeiros, sendo que, no caso do primeiro, a sua ascendência no turbulento conde coimbrão Froila Gonçalves, conhecido pelos seus entendimentos com os poderes muçulmanos, justificava um obscurecimento da sua memória.
- 63 E assim se terá construído, a partir do mítico Rodrigo Dias de Vivar, um novo Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II)...

NOTAS

1. Luís Carlos Amaral evidencia uma disparidade na documentação datada do período entre 873 e 1025 (70 documentos) e entre 1026 e 1071 (1064), claro sinal do desenvolvimento social portugalense sob a influência tutelar de Fernando Magno (Luís Carlos AMARAL, *Formação e desenvolvimento da Diocese de Braga no período da Reconquista (Séculos IX-1137)*, Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada na FLUP, 2007, p. 150-173 e p. 131-146).
2. Os factores de decadência da antiga aristocracia condal foram devidamente analisados por José MATTOSO, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 3ª ed., Lisboa: Guimarães Editores, 1998, p. 30-35.
3. Um dos exemplos mais paradigmáticos desta estratégia vem do conde Gonçalo Mendes (950-997), pelo seu perene apoio a Bermudo II e envolvimento numa guerra contra o dux galego Rodrigo Vasques, entre 970 e 974 – vide José MATTOSO, *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 109-110; *id.*, *Ricos-homens...*, p. 20; Margarita TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *Linajes nobiliarios de León y Castilla (siglos IX-XIII)*, Salamanca: Junta de Castilla y León, 1999, p. 295-296; e, sobre Aguiloncha, Manuel Rúben GARCÍA ÁLVAREZ, «La batalla de Aguiloncha: Una guerra civil galaico-portuguesa del siglo X», *Bracara Augusta*, 20, 1966, p. 307-342.
4. Sobre a inacção da aristocracia condal de Coimbra contra os muçulmanos veja-se Rui de AZEVEDO, «A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16», *Revista Portuguesa de História*, 14, 1973, p. 73-93.
5. A ascensão social dos infanções enquadrar-se-ia num projecto mais amplo de Fernando Magno para a região galaico-portuguesa, que passaria certamente por uma substituição das suas elites laicas e eclesásticas tradicionais, de forma a consolidar um sistema de controlo territorial novo – vide Maria João Violante Branco Marques da SILVA, «Portugal no reino de León. Etapas de uma relação (866-1179)», em *El reino de León en la Alta Edad Media*, Vol. IV: *La monarquía (1109-1230)*, León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1993, p. 563-568. Todavia, importa enaltecer que, ainda antes do início das suas conquistas portugalenses, Fernando Magno revelava já um interesse muito particular pela vida social portugalense (que se estenderia até 1065), arbitrando vários diferendos jurisdicionais de relevo: em 1049, estando no mosteiro de Guimarães, outorgou ao seu vicário o privilégio de julgar os crimes de homicídio, rapto e de não ir em fossado, confirmando os limites dos domínios deste cenóbio; em 1053, estando o rei também em Portugal, pôs fim a uma contenda entre a família de Ecta Eriz com D.^a Adosinda e sua descendência, pela vila de Viariz, situada no Entre-Douro-e-Lima; e, já em 1065, regulou a acção dos seus vicários Diogo Tortesendes, Sisnando Anes e Tedão Teles, em relação a várias vilas de Santiago em Portugal (Correlhã, Braga, Montelios, Vilela, Colina, entre outras), proibindo-os de exercer exacções indevidas e, assim, legitimando a sua autoridade como executantes da autoridade régia – Pilar BLANCO LOZANO, «La intervención de Fernando I en la zona galaico-portuguesa», em *Actas do IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso internacional*, Vol. I: *O Bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do Século XI*, Braga: Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia de Braga – Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 338, 339 e 343.
6. A relação do monarca galego com os infanções portugalenses foi ainda mais expressiva do que a de seu pai, sendo atestada por três documentos de Pendorada, cenóbio intimamente ligado aos Ribadouro. A vasta doação feita por Garcia Moniz e sua esposa (D.^a Elvira) transformaria Garcia II no herdeiro universal de boa parte do património desta linhagem, demonstrando a dimensão quase familiar dos laços que os uniam. Sabemos também que Monio Viegas seria um dos beneficiários da redistribuição de bens desencadeada por esta doação, tendo recebido de Garcia II

parte deste vasto património e sido alvo de um instrumento que sancionava um seu exercício de justiça feudal na terra de Anégia. Em 1070, também Afonso Ramires receberia inúmeros bens do antigo património de Garcia Moniz – Ermelindo PORTELA SILVA, *García II de Galicia. El rey y el reino (1065-1090)*, Burgos: Editorial La Olmeda, 2001, p. 66-68 e 73-77.

7. No seguimento (ou como consequência) da tradição recolhida pela *De Rebus Hispaniae*, Lorrvão terá produzido um documento falso relativo a uma doação de Fernando Magno a este cenóbio, como recompensa pelo seu apoio logístico ao assédio a Coimbra (1064). Nele, os três filhos do soberano ainda acompanhavam seu pai durante a campanha, tendo estado com ele já antes na sé compostelana. A lenta familiarização de Garcia II com os particularismos sociais do espaço galaico-português terá começado já em 1053, altura em que se terá mudado para Santiago, sob a tutela de D. Crescónio – E. PORTELA SILVA, *op. cit.*, p. 23-28 e 53-54. No entanto, não conseguimos vislumbrar na conduta régia de Garcia II qualquer reverência especial pelos prelados compostelanos, visto que o assassinato de D. Godesteu pelo conde Froila Bermudes (Trava), em 1069 – Emma FALQUE REY (ed.), *Historia Compostelana*, Madrid: Akal Ediciones, 1994, p. 76 –, não resultou em qualquer retaliação, despoletando apenas um clima favorável à restauração do velho mapa diocesano galego, transformando os novos bispos em verdadeiros lugar-tenentes do novo rei – L. C. AMARAL, *op. cit.*, p. 235-238.

8. A partir de agora, utilizaremos o sistema de citação de passagens cunhado pelas edições de José Mattoso dos livros de linhagens: livro; título; sequência de passagens; e lição (José MATTOSO e Joseph PIEL (ed.), *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa: Academia das Ciências (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série, I), 1980; José MATTOSO (ed.), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vol., Lisboa: Academia das Ciências (Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série, II), 1980.

9. Iremos socorrer-mos da edição crítica de Luís Filipe Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vol., Lisboa: Academia Portuguesa da História-INCM, 1951-1990, reconhecendo também o enorme valor da edição de Diego CATALÁN e María Soledad de ANDRÉS (ed.), *Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos Don Pedro Alfonso*, Madrid: Gredos, 1971.

10. Dos capítulos CDXLIII a CDLXXII – recentemente reeditados por Patricia ROCHWERT-ZUILLI (ed.), *Crónica de Castilla: Édition et présentation.*, [en ligne], Paris: e-Spania Books, 2010, <http://books.openedition.org/esb/63>, Caps. CDXLIII a CDLXXII –, através da versão galego-portuguesa desta crónica.

11. Entre os muitos trabalhos sobre o reinado de Fernando Magno, podemos recomendar: M. J. Violante Branco Marques da SILVA, art. cit., p. 563-568; Charles Julian BISHKO, «Fernando I and the origins of the leonese-castilian alliance with Cluny», in: *Studies in medieval spanish frontier history*, Londres: Variorum Reprints, 1980, II, p. 1-136; Alfonso SÁNCHEZ CANDEIRA, *Castilla y León en el siglo XI. Estudio del reinado de Fernando I*, Madrid: Real Academia de la Historia, 1999 (especialmente as p. 165-170 e 178-183); José MATTOSO (Dir.), *História de Portugal*, Vol. I: *Antes de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 557-560; e L. C. AMARAL, *op. cit.*, p. 133-146.

12. P. BLANCO LOZANO, art. cit., p. 336-337.

13. *Ibidem*.

14. Justo PÉREZ DE URBEL e Atilano GONZÁLEZ RUIZ-ZORRILLA (ed.), *Historia Silense*, Madrid, CSIC, 1959, e Juan A. ESTÉVEZ SOLA (ed.), «Chronica Naierensis» in: *Chronica Hispana Saeculi XII. Pars II*, Turnhout: Brepols (Corpus Christianorum. Continuatio Medievals, LXXI), 1990, p. 109-248.

15. Pierre DAVID (ed.), «Annales Portucalenses Veteres», in: *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Paris-Lisboa: Institut Français au Portugal, 1947, p. 291-312.

16. Se bem que a *Crónica de Nájera* (1185-1190) revela já um conhecimento sobre estes textos, englobados na designação de uma gesta colectiva (sem vestígios materiais directos) denominada *Las Particiones de D. Fernando*, pois narra a vida de um Cid mais jovem do que aquele que, em 1081, saiu de Castela, reportando-se a acontecimentos ocorridos entre 1065 e 1072, onde Rodrigo Dias surge por 3 vezes (nas guerras entre os filhos de Fernando I, na batalha de Golpejera e no cerco a

Zamora) – Diego CATALÁN, *La épica española. Nueva documentación y nueva evaluación*, Madrid: Centro de Estudios Históricos Menéndez Pidal – Fundación Ramón Menéndez Pidal – Seminario Menéndez Pidal de la Universidad Complutense de Madrid, 2000, p. 497-499.

17. Emma FALQUE REY (ed.), *Chronicon Mundi. Lucae Tudensis. Opera Omnia. Tomus I*, Turnhout: Brepols (Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis, LXXIV), 2003, L. IV, Cap. LI. Contendo já sùmulas de alguns episódios mitificados, como a retaliação contra os mouros de Viseu, pela morte de Afonso V, ou a sujeição e expropriação dos habitantes de Lamego.

18. Tal como o tudense, o toledano também iria misturar factos historiográficos com mistificações importadas do supracitado falso de Lorvão de 1064, alusivo à ajuda deste cenóbio às tropas de Fernando Magno, e do *Códice Calistino*, no que concerne à premonição santiaguista de um peregrino grego – P. BLANCO LOZANO, art. cit., p. 345 e 348.

19. Sobre este assunto leia-se Samuel G. ARMISTEAD, *La gesta de las Mocedades de Rodrigo: Reflections of a lost epic poem in the Crónica de los Reyes de Castilla and the Crónica General de 1344*, Princeton: Tese de Doutoramento defendida na Universidade de Princeton, 1955.

20. P. BLANCO LOZANO, art. cit., p. 345-346.

21. P. DAVID (ed.), *op. cit.*, p. 296; P. BLANCO LOZANO, art. cit., p. 346-347. Como vimos, apesar de inverter a ordem das campanhas (Viseu por Lamego), Lucas de Tui repete os mesmos exageros retóricos.

22. P. DAVID (ed.), *op. cit.*, p. 297; P. BLANCO LOZANO, art. cit., p. 347. Luís Carlos Amaral viu nas narrativas em torno da conquista de Viseu um claro desejo de ressarcimento em relação à morte de Afonso V (1028), usando como exemplo a descrição de Lucas de Tui da morte dada ao seu assassino – L. C. AMARAL, *op. cit.*, p. 137. Porém, não devemos descurar o efeito de legitimação desta passagem, em relação à conturbada ascensão de Fernando Magno.

23. P. BLANCO LOZANO, art. cit., p. 347; sobre as iniciativas de povoamento na região veja-se L. C. AMARAL, *op. cit.*, p. 138-139.

24. P. BLANCO LOZANO, art. cit., p. 339 e 347-348.

25. Vide nota 7 e 18.

26. Todavia, a *Crónica de Castela* destrói completamente a ordem dos acontecimentos das *Mocedades*, em nome da sua conciliação com a matéria historiográfica que a crónica visava refundir, sendo de enaltecer a forma como este texto, a *Crónica Rimada do Cid* (refundição palentina tardia desta gesta) e a própria *Crónica de Castela*, apresentam momentos diferentes para a investidura de Rodrigo Dias: durante as campanhas francesas de Fernando Magno (nas *Mocedades*), antes da peleja contra os cinco reis mouros da Transsierra (na *Crónica Rimada*) e depois da conquista de Coimbra (na *Crónica de Castela* e na *Crónica de 1344*) – D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 288-299.

27. Apesar de se ter rodeado da alta nobreza castelhana, Fernando Magno terá sido sensível à colaboração dos magnates coimbrãos com os muçulmanos e ao falhanço da aristocracia condal na defesa da fronteira, pelo que a morte precoce do conde Mendo Nunes terá sido usada como uma oportunidade para catapultar Gomes Eitaz, Mendo Gonçalves e Godinho Viegas para a liderança territorial de Portucale, relegando a condessa Ildoara Mendes e seu filho, o malogrado conde Nuno Mendes, para um estatuto de insignificância política, visível na ausência deste da conquista de Coimbra – L. C. AMARAL, *op. cit.*, p. 139-141.

28. Ainda antes do reinado de Fernando Magno, várias linhagens de infanções tinham dado provas de capacidade bélica e de domínio territorial de novos espaços: Bermudo Pepes, descendente directo de Afonso Betotes que se veria reduzido à condição de infância ao longo do século X, colonizara a foz do Cávado e Neiva (fundando a vila de Fão) – J. MATTOSO, *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 115-116 e *id.*, *Ricos-homens...*, p. 24 –; Ermigo Cendones tomara posse da vila de Neiva; Gonçalo Trastamires da Maia ocupou Montemor, por sua conta e risco; e os Ribadouro senhorearam o vale do Paiva – M. J. Violante Branco Marques da SILVA, art. cit., p. 563 – nota 82.

29. Vide Ramón MENÉNDEZ PIDAL e Emilio GARCÍA GÓMEZ, «El conde mozárabe Sisnando Davidiz y la política de Alfonso VI con los taifas», *Al-Andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, Vol. XII, fasc. 1, 1947, p. 27-41. O próprio Sisnando Davides seria um dos poucos herdeiros da velha aristocracia condal portugalense, ao casar com Loba Nunes, filha do conde Nuno Mendes, de quem teve Elvira Sisnandes, esposa do “infância” Martim Moniz de Ribadouro – J. MATTOSO, *Ricos-homens...*, p. 14, e José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna, 1999, Vol. III, Genealogia 4.6. Ribadouro. Outro exemplo interessante de continuidade seria o dos Marnel, descendentes directos de Egas Eriz Iala, parente colateral da velha aristocracia condal de Coimbra e provável filho de Ero Moniz, neto de Goto Eriz e, por isso, bisneto do conde Ero Fernandes (vide J. MATTOSO, *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 97 e *id.*, *Ricos-homens...*, p. 23-24), provável antepassado do cavaleiro coimbrão João Gondesendes (*id.*, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Vol. I: *Oposição*, 5ª ed., Lisboa: Ed. Estampa, 1995, p. 180-182, e Leontina VENTURA, «O cavaleiro João Gondesendes. Sua trajectória político-social e económica (1083-1116)», *Revista de História Económica-Social*, 15, 1985, p. 31-67). Importa enaltecer também que, segundo os nobiliários (LV1M5-6; LD1A2; LL22D8 e LL43B3), D. Mendo Viegas de Sousa, filho de D. Egas Gomes de Sousa e de Gontinha (ou Moninha) Gonçalves da Maia (J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. III, Genealogia 4.2. Sousa-Moela), casou com Teresa (ou Elvira) Fernandes de Córdova, provável Teresa Fernandes (de Marnel), patrona do mosteiro de Pedroso (J. MATTOSO, *Ricos-homens...*, p. 48), filha do cavaleiro mouro Fernando Afonso de Córdova, afilhado de Afonso VI, e de Urraca Gonçalves de Marnel, filha de Gonçalo Viegas de Marnel, reunindo, assim, numa única família sangue nortenho (Sousa), coimbrão (Marnel) e mouro (Córdova).

30. Deixando marcas visíveis na morfologia linguística da região – conf. Luís Filipe Lindley CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII*, Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1959.

31. D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 330-333 (especialmente as notas 77 e 78). Com um ponto de partida muito similar, tanto o *Livro de Linhagens* como a *Crónica de Castela* expõem que Rodrigo Dias descende de um dos quatro filhos de Laím Calvo, sendo que nesta última fonte existe uma lacuna geracional que o Conde não abraçou, pois identifica directamente Diogo Laíndez como este filho de onde descende o Cid, enquanto que D. Pedro de Barcelos explica que Rodrigo vinha tanto de Fernando como de Vermudo Laíndez, pois um neto do primeiro e uma bisneta do segundo foram pais de Diogo Laíndez. Esta correcção deve-se a uma aproximação ao *Liber Regum* (provavelmente na sua versão castelhana, do *Libro de las Generaciones*), onde o primeiro e o segundo filho de Laím Calvo levam os nomes de Fernando Laíndez e Bermudo Laíndez, descrevendo a descendência das duas linhas até à sua convergência pelo casamento de Nuno Laíndez com D.^a Elo, pais de Laím Nunes e avós de Diogo Laíndez, pai do Cid. Das *Mocedades* chegaram as seguintes aportações: a filha do conde Nuno Álvarez de Amaia, mãe de Rodrigo, seria neta bastarda do rei de Leão; para além de Diogo Laíndez, Laím Nunes também foi pai de Fernão Laíndez, pai de Álvaro Fernandes Menaia, donde vêm os Castro; os senhores da Biscaia vieram de Elvira Bermudes, filha de Bermudo Laíndez; Pedro Bermudes, sobrinho do Cid, seria filho de um seu irmão bastardo.

32. O *Liber Regum* desdobra ligeiramente o início da *Historia Roderici*, onde a genealogia de Rodrigo Dias é exposta de uma forma muito mais linear: Laím Calvo foi pai de Fernando e Bermudo Laíndez; Fernando deu origem a Laím Fernandes e Rodrigo a Rodrigo Bermudes; Laím Fernandes foi pai de Nuno Laíndez e Rodrigo Bermudes de Fernando Rodrigues; por sua vez, Fernando Rodrigues foi pai de Pedro Fernandes e de Elo Fernandes; Nuno Laíndez casou com Elo Fernandes, de quem teve Laím Nunes; Laím Nunes foi pai de Diogo Laíndez; Diogo Laíndez casou com a filha de Rodrigo Álvares, irmão de Nuno Álvares, senhor do castelo de Amaia; deste casal nasceria

Rodrigo Dias de Vivar, o Cid – Emma FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici vel Gesta Roderici Campidocti*, in: *Chronica Hispana Saeculi XII, Pars I*, Turnhout: Brepols (Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis, LXXI), 1990, p. 47-48.

33. D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 127.

34. Apesar de já se encontrar referida na *Crónica de Nájera*, Ermelindo Portela Silva defende que a localização do recontro final entre Sancho II e Garcia II em Santarém seria muito pouco verosímil, surgindo de uma confusão/fusão de duas tradições distintas: a crónica defende que o rei de Castela mascarou a sua intervenção militar com uma peregrinação a Santiago e que a captura de Garcia resultou de um obsequioso encontro com o seu irmão, em tudo similar às peripécias vividas por Sancho com Afonso VI em Zamora. Aparentemente, o topónimo “Sanctum Yreneum” (algures no trilho da falsa peregrinação de Sancho II) seria substituído, no *Liber Regum*, por um lacónico “Sant’Aren”, que perduraria na historiografia posterior. Na verdade, o conflito bélico entre os reis de Castela e da Galiza ter-se-á desenvolvido em dois momentos distintos (tal como defende D. Pedro de Barcelos no seu nobiliário): através de uma primeira batalha inconclusiva em Villafranca del Valcárcel e depois, segundo as crónicas, em território portugalense (Santarém), resultando no encarceramento de Garcia. Segundo a *Crónica de 1344*, Garcia II terá passado pesaroso por Coimbra (em Maio de 1071) a caminho do seu cativeiro no castelo de Luna, sinal de que terá recuado perante o rápido avanço dos castelhanos (pelo menos, para lá da linha do Mondego). Se assim foi, não existe qualquer indício de que tenha contado com o apoio de Sisnando Davides, que se terá mantido neutro de forma a salvaguardar a sua autoridade de qualquer oscilação política futura – E. PORTELA SILVA, *op. cit.*, p. 112-113, 118-119, 123-24 e 134-135.

35. D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 128.

36. Apesar de julgarmos que D. Pedro estaria a aludir directamente à lide de Rodrigo contra os cinco reis mouros da Transsierra, uma das campanhas cruciais das *Mocedades de Rodrigo* – Leonardo FUNES e Felipe TENENDAUM (ed.), *Mocedades de Rodrigo. Estudio y edición de los tres estados del texto*, Woodbridge: Tamesis, 2004, p. 69-73, na versão da *Crónica Rimada* –, é possível também que se trate apenas de uma invocação generalista deste tipo de façanhas bélicas, que, graças à sua preponderância na mecânica interna do *Cantar de Mio Cid*, povoaram o imaginário colectivo dos séculos XIII e XIV: logo no primeiro cantar, descrevem-se os primeiros saques e exacções na fronteira muçulmana (Alberto MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, Barcelona: Real Academia Española – Círculo de Lectores, 2011, versos 412-624), o assédio do rei Tamín de Valência aos seus domínios em Alcocer (versos 625-861), a obtenção de párias em Daroca e Teruel (versos 862-953), a lide contra o conde de Barcelona (em Tévar), aliado dos muçulmanos de Valência (versos 954-1084); no cantar segundo, descrevem-se as suas campanhas de conquista do reino de valência, defendendo-a dos ataques dos reis de Marrocos e Sevilha (versos 1085-1220 e 1618-1802); e, no cantar terceiro, enfrenta uma terceira tentativa de conquista de Valência contra o rei Bucar (versos 2312-2314 e 2338-2428).

37. Depreende-se que será Garcia II, principalmente pela subsequente aparição de Afonso VI.

38. Já referida no início da *Historia Roderici*, como forma de enaltecimento da alferesia castelhana de Rodrigo Dias (E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, p. 48-49).

39. Constituindo um extenso momento de apoteose desta gesta – L. FUNES e F. TENENDAUM (ed.), *op. cit.*, p. 79-117, na versão da *Crónica Rimada* –, que aqui surge fora da sua cronologia natural.

40. Note-se que a vitória de Rodrigo Dias contra Pedro de Aragão teve uma migração bastante interessante da literatura épica para a historiografia do século XIII, por via da transmissão de informações do toledano para a *Estoria de España* de Afonso X – D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 51-52. Porém, a primeira grande vitória do Cid contra os aragoneses terá acontecido em Graus (1063), batalha marcada pela morte de Ramiro I – E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, na p. 4, da sua introdução, e na p. 48, do seu texto.

41. Segunda lide campal do *Cantar de Mio Cid* (A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, Cantar I, versos 954-1086), já referida tanto na *Historia Roderici* como no *Carmen Campidoctoris*.

42. No caso de Bucar, também uma lide crucial do *Cantar de Mio Cid*, (A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, Cantar III, versos 2312-2314 e 2338-2428). Já Hunaz, poderá ser um equivalente do rei marroquino Yucef, que também assediou Valência.

43. Tal como defende a *Historia Roderici* (que alude logo no início à sua criação e investidura na casa de Sancho II – E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, p. 48), todos os estudos biográficos apontam que, apesar de ter nascido ainda no reinado de Fernando Magno, terá atingido a sua maioridade apenas no reinado de seu filho, sendo ainda um novel em Graus (1063). Entre os estudos biográficos de referência sobre o Cid podemos recomendar o clássico de Ramón MENÉNDEZ PIDAL, *La España del Cid*, Madrid: Espasa-Calpe, 1969 [1ª ed. 1929], e Richard A. FLETCHER, *The quest for El Cid*, Londres: Hutchinson, 1989.

44. Contrariando os testemunhos primitivos da *Historia Roderici*, que narra a investidura do Cid por Sancho II. Todavia, importa enaltecer que o amadurecimento bélico de cada cavaleiro seria variável, surgindo já vários novéis em campanhas bélicas de elevada importância durante o século XII. Com efeito, veja-se o caso de Álvaro Rodrigues de Castro e de seu tio Martim Fernandes de Hita, que, segundo o *Poema de Almería*, teriam vários jovens escudeiros na sua companhia durante esta conquista – Simon BARTON, *The aristocracy in twelfth-century León and Castile*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 48. Não se podendo, por isso, descartar inteiramente a participação do Cid em alguns episódios bélicos do reinado de Fernando Magno, para além da já referida batalha de Graus.

45. Note-se que, por via da *Crónica de Castela*, D. Pedro segue, a par e passo, a narrativa das *Mocedades de Rodrigo* (subsistente através da *Crónica Rimada do Cid* – e estudada por S. G. ARMISTEAD, *op. cit.*; Carlos ÁLVAR e Manuel ÁLVAR, *Épica medieval española*, Madrid: Catedra – Letras Hispánicas, 1991, p. 99-103; e L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. IX-LXXII), já que, primeiramente, faz uma introdução da história de Castela até à ascensão de Fernando Magno (*ibid.*, p. 2-17), seguindo – depois de uma primeira interpolação sobre a criação do bispado de Palência na trama historiográfica até ao período fernandino (*ibid.*, p. 17-27 e 33-35 – tal como evidenciou D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 284-288, a *Crónica Rimada*, mescla, em algumas das suas partes constituintes, a gesta das *Mocedades* com conteúdos provenientes da *Estoria de España* e com as já referidas interpolações da história diocesana de Palência, dificultando assim qualquer esforço reconstrutivo, como aquele levado a cabo por L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 119-149) – também para as circunstâncias do casamento do Cid (*ibid.*, p. 35-49).

46. L. F. Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Capítulos CDXLVIII a CDLI. Importa realçar que a lide de Santarém é, em certa medida, uma inovação do *Liber Regum*, enquanto que a lide de Calahorra contra Martim Gonçalves, em nome do rei de Aragão, deverá advir directamente das *Mocedades de Rodrigo* (L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 57-61), bem como os conflitos com os reis mouros das Transsierra e com os condes castelhanos que com eles pactuavam (*ibid.*, p. 67-77).

47. Criação e casamento de Rodrigo (*ibid.*, p. 43-49; L. F. Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Caps. CDXLVI e CDXLVII), vitória sobre Burgos de Ayllón (L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 49-57), o duelo de Calahorra (*ibid.*, p. 57-61, L. F. Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Caps. CDXLVIII, CDXLIX, CDL e CDLI) e, por fim, a luta contra os reis mouros da Transsierra e contra os condes castelhanos (L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 67-77; e L. F. Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Cap. CDLII). Sobre a desarticulação narrativa promovida pela *Crónica de Castela* na matéria das *Mocedades* veja-se D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 288- 299.

48. Vide nota anterior.

49. A *Crónica Rimada* ostenta uma pequena interpolação palentina entre o remate da narrativa sobre o destino dos condes traidores e o início das campanhas francesas de Fernando Magno e

Rodrigo, que se terão estendido até ao final da gesta (L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 79-117). Já na *Crónica de 1344*, o capítulo das conquistas beirãs (L. F. Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Cap. CDLVI) toma a centralidade das campanhas francesas, que só surgem nos capítulos CDLXIII e CDLXIV.

50. Enquanto a *Historia Roderici* é clara quanto à investidura do Cid na casa de Sancho II, logo no início da sua vida pública (“*Hunc autem Rodericum Didaci Santius rex tocius Castelle et dominator Hispanie diligenter nutriuit et cigilum militie eidem cinxit*” – E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, p. 48), as *Mocedades* associam esta cerimónia à alferesia de Rodrigo, imediatamente antes do embate contra o conde de Saboia (“*Essas oras dixo el rey: “Seyas bien aventurado, mas sey alferze de mi seña, siempre te lo avré en grado, et si me Dios torna a España siempre te faré algo”. Allí dixo Rodrigo: “Señor, nom me sería dado, do está tanto omne rico e tanto conde et tanto poderosso fijo dealgo a quien perteneçe seña de señor tan honrado, et yo só escudero e non cavallero armado. Mas besso vuestras manos et pídvos un don, que los primeros golpes yo con mis manos los tome, et abrirvos he los caminos por do entredes vós”. Essas horas dixo el rey: “Otórgotelo yo”. Essas ora Rodrigo atan apriessa fue armado*” – L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 89) e a *Crónica de Castela* e a *Crónica de 1344* colocam-na no contexto da conquista de Coimbra (“*E falou com seus ricos homens como era sua vootade de tomar Coymbra e eles lho louvaron muyto. E Ruy Diaz lhe disse que, se elle querya que Deus lhe desse aaquella cidade, que fosse primeiro e romaria a Sanctiagio; e que lhe pedya por mercee que ally o fizesse cavalleiro. [...] El rei dō Fernando, despois que entrou a cidade de Coymbra como já dissemos, fez Rodrigo de Vivar cavalleiro ena mizquita mayor e esta maneira: cingulhe a espada e deulhe paz enna boca e nõ lhe deu rostrada. E, desque foi cavalleiro, ouve nome Roy Diaz. E tomou logo a espada do altar per mandado del rei e fez nove novees.*” – L. F. Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Cap. CDLVI). Ou seja, esta última obra oferece uma síntese de conteúdos historiográficos (a conquista de Coimbra e a peregrinação a Santiago), com a simbologia própria da investidura da *História de Rodrigo* (o cingir da espada) e com os actos descritos nas *Mocedades* (investidura de 900 cavaleiros e adopção do nome de Rui Dias).

51. Apesar de a lide contra o conde de Barcelona se encontrar já abordada tanto na *Historia Roderici* (L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 53-54) como no *Carmen Campidoctoris* (Juan GIL (ed.), «*Carmen Campidoctoris*» in: *Chronica Hispana Saeculi XII, Pars I*, Turnhout: Brepols (Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis, LXXI), 1990, p. 107-108), esta batalha assume um maior protagonismo no canto I do *Cantar de Mio Cid* (A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, Cantar I, Versos 954-1086), enquanto que, no cantar terceiro, enfrenta a terceira tentativa de conquista muçulmana de Valência do rei Bucar como a última grande campanha cidiana (*ibid.*, Cantar III, versos 2312-2314 e 2338-2428).

52. Recentemente, José Carlos Miranda lançou a possibilidade de que o processo de refundição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* terá recebido contributos de um conjunto de tradições e escritos genealógicos avulsos sobre os Pereira, concentrados nas diferentes casas desta linhagem na forma de uma espécie de nobiliário particular – José Carlos Ribeiro MIRANDA, «Em torno do *Livro de Linhagens* de Pedro de Barcelos (II). Do livro às reformulações: hipóteses e argumentos», in: María Jesús LACARRA (coord.) e Nuria ARANDA GARCÍA, Ana M. JIMÉNEZ RUIZ e Ángela TORRALBA RUBERTE (ed.), *Literatura medieval hispánica: «Libros, lecturas y reescrituras»*, San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2019, p. 781-798 (especialmente as p. 788-795, sobre estes escritos).

53. Erro que, na sua forma primitiva, se encontrava já na Silense (*vide nota 20*).

54. Sem se desviar grandemente do conteúdo alinhado no capítulo LI do Livro IV do *Chronicon Mundi* (E. FALQUE REY (ed.), *Chronicon Mundi...*, L. IV, Cap. LI), por exemplo.

55. Importa referir que a obra do Conde D. Pedro constitui um projecto de escrita complexo e profundamente intertextual e que, por isso, deve ser lido à luz de uma enorme complementaridade, tornando, assim, ainda mais difícil o entendimento sobre esta lacuna – para uma visão de conjunto sobre este projecto de escrita leia-se, por exemplo, Maria do Rosário

FERREIRA e José Carlos MIRANDA, «O projeto de escrita de Pedro de Barcelos», *Revista população e sociedade (CEPESE)*, 23, 2015, p. 25-43.

56. Tal como defende Leonardo Funes (L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. LX a LXII), o levantamento aristocrático que pôs fim ao reinado de Afonso X – e imergiu Castela e Leão num longo ciclo de convulsões sociopolíticas (até ao reinado de Afonso XI) – deixou marcas profundas no ambiente cultural e literário em que se inscreveu o processo de cristalização da gesta primitiva da *Mocedades*, sendo que, apesar da sobrevivência de alguns dos seus traços jogralescos primordiais, a sua primeira refundição por um clérigo culto ter-lhe-á retirado muito do seu pendor belicista, enaltecendo-se a discursividade em torno da fidelidade política à monarquia. Por outro lado, importa evidenciar também que a *Crónica de Castela*, refundição seccional da *Estoria de España* datada da década de 1290 e centrada apenas nos reinados de Fernando I a Fernando III, assume as mesmas aspirações de repartição equitativa de poderes entre aristocracia e monarquia (D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 278), existindo, portanto, uma clara contaminação do tom narrativo das *Mocedades* nesta crónica.

57. Principalmente na sua versão mais tardia da *Crónica Rimada do Cid*, que, tal como a escrita do Conde D. Pedro de Barcelos, já assume uma visão ideológica próxima da identidade social cavaleiresca da nova aristocracia do século XIV (paradigma interpretativo cunhado por Salvador de MOXÓ, «De la nobleza vieja a la nobleza nueva. La transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media», *Cuadernos de historia*, 3, 1969, p. 1-210), apelando aos gostos menos eruditos de uma cavalaria urbana ou secundogénita, altamente dependente de poderes cortesãos – L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. LX.

58. Conf. María Jesús VIGUERA, «El Cid en las fuentes árabes», in: César HERNÁNDEZ ALONSO (coord.), *Actas del congreso internacional “El Cid, poema e historia”*, Burgos: Ayuntamiento de Burgos, 2000, p. 55-92, e M’hammad BENABOUD, «La imagen del Cid en las fuentes históricas andalusí», in: *ibid.*, p. 115-127.

59. A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, p. 294-296.

60. J. GIL (ed.), *op. cit.*, p. 101-102.

61. Vitória contra os mouros, contra o conde Garcia de Cabra e contra o conde de Barcelona.

62. A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, p. 294.

63. Dizemos “historicista” e não historiográfica, pois, tal como provou Alberto Montaner (Alberto MONTANER FRUTOS, «Ficción y falsificación en el cartulario cidiano», *CLHM*, XXIX, 2006, p. 327-358), os documentos citados pela *Historia Roderici* são invenções historiográficas.

64. A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, p. 295-296. Sobre as diferentes hipóteses de autoria e datação da *Historia Roderici* veja-se também E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, p. 11-21.

65. D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 127-130.

66. *Ibid.*, p. 496.

67. Apesar dos esforços de reconstituição do texto – como o de L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 119-149.

68. C. ÁLVAR e M. ÁLVAR, *op. cit.*, p. 99.

69. D. CATALÁN, *La épica española...*, p. 255 e seguintes.

70. “E veendo as escripturas com grande estudo e em como falavam d’outros grandes feitos compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha” [LL Pról. 2] – sobre esta noção de “amizade” presente no prólogo do nobiliário de D. Pedro veja-se Maria do Rosário FERREIRA, «“Amor e amizade antre os nobres fidalgos da Espanha”. Apontamentos sobre o prólogo do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro», *Cahiers d’études hispaniques médiévales*, 35, 2012, p. 109-116.

71. J. MATTOSO, «A transmissão textual dos livros de linhagens», in: Isabel Hub FARIA (org.), *Lindley Cintra: Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 574-575.

72. Recordamos que, tal como o Cid – que, ao participar na batalha de Graus (1063), terá que ter nascido por volta de 1043 (E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, p. 4) –, Rodrigo Froilaz também terá nascido nos anos finais do reinado de Fernando Magno, sendo documentado, já em idade adulta (e casado), apenas em 1087 (José Luis LÓPEZ SANGIL, *La nobleza altomedieval gallega. La familia Froilaz-Traba*, Noia: Editorial Toxosoutos, 2002, p. 42).

73. Durante muito tempo, a divisão do império de Fernando Magno foi tomada como um reflexo das tradições navarras na esfera leonesa, por força da adesão de Sancho, o Maior, a uma concepção patrimonial de cada reino. Contudo, os seus procedimentos sucessórios acabaram por não afectar verdadeiramente o reino navarro, mas sim as partes que lhe foram agregadas ao longo da expansão cristã do século XI. Na verdade, Leão também passou por várias repartições sucessórias anteriores a Fernando Magno, provando uma persistência de mecanismos de partilha de poderes próprios da monarquia electiva visigótica (E. PORTELA SILVA, *op. cit.*, p. 50-51). Importa realçar também que, até finais do século XIV, persistiu na própria aristocracia uma forte tradição de repartição cognática do património (conf. as conclusões de J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*), que se opunha, em épocas de conflito, aos esforços de concentração de poderes da monarquia. Neste contexto, vejam-se, por exemplo, as quezílias que opuseram Afonso II às suas irmãs – bem como muitos outros enfrentamentos descritos por José ANTUNES, António Resende de OLIVEIRA e João Gouveia MONTEIRO, «Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da questão», sep. da *Revista de história das ideias*, VI, 1984, p. 25-160.

74. Note-se que, tal como Rodrigo Froilaz, também Fafes Sarracins (de Lanhoso) seria descendente de um ramo colateral da antiga aristocracia condal portugalense: Vímara Peres > Lucídio Vimaranes > Alvito Lucides > Lucídio Alvites > Fáfila Lucides I > Sarracino Fafes > Fáfila Sarracins (1068-1071) – conf. J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. II, p. 139.

75. Apesar de não ser irmão de Rodrigo Froilaz, mas sim seu avô paterno, Bermudo Froilaz terá tido, de facto, vida pública durante este período, sendo que a sua segunda esposa (Loba Rodrigues), faleceu justamente em 1071, altura em que já seria um ancião – conf. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 16. Por seu lado, a carreira sobejamente conhecida de Pedro Froilaz não se coaduna com esta alusão, já que se desenvolveu entre 1088 e 1028 – sobre esta veja-se, por exemplo, S. BARTON, *op. cit.*, p. 278-279; M. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *op. cit.*, p. 320-325; J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 20-42; e Luís Carlos AMARAL e Mário Jorge BARROCA, *A Condessa-Rainha. Teresa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 68-69. Também impossível será a presença de seus filhos, pois Garcia Peres de Trava levou a cabo a sua vida pública durante os reinados de D.^a Urraca e de Afonso VII, tendo morrido ainda antes de 1138 – conf. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 114 – e seu irmão Fernão Peres documenta-se apenas a partir de 1104, conjuntamente com Bermudo Peres de Trava – as complexas carreiras de Fernão e Bermudo Peres de Trava foram sendo alvo de múltiplos estudos, sendo que, de entre eles, podemos destacar: S. BARTON, *op. cit.*, p. 241-242 (no caso de Fernão Peres); M. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *op. cit.*, p. 326-339 (sobre ambos e sua descendência); J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 55-100 e 125-153 (sobre Fernão e Bermudo e sua descendência); e L. C. AMARAL e M. J. BARROCA, *op. cit.*, p. 69-74 (análise mais voltada para as suas relações políticas em Portugal). Sinal de que o construtor desta passagem – provavelmente um Pereira do século XIV – teria poucos conhecimentos do percurso vital destas personagens e, no caso de Bermudo Froilaz, um desconhecimento total da sua verdadeira situação genealógica dentro da família.

76. Tal como já referimos em notas anteriores, é altamente improvável que a lide de Santarém se tivesse realizado, resultando de uma interpretação abusiva do topónimo por parte do *Liber Regum*, mas, todavia, é altamente provável que Garcia II tenha recuado para lá do Mondego, em busca do apoio dos infanções portugalenses e dos magnates moçárabes contra as forças castelhanas – o que atribui alguma verosimilhança a esta narrativa.

77. Conforme documentação de Pendorada (*vide* nota 6), Garcia II manteve uma relação quase familiar com Garcia Moniz de Ribadouro I (tenente de Penafiel de Sousa entre 1047-1061 – J. MATTOSO, *Ricos-homens...*, p. 132), que morreria sem descendentes plenamente atestáveis (*vide* J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. I, p. 453), e com seu sobrinho Monio Viegas de Ribadouro II (cuja vida pública se documenta entre 1044-1081 – J. MATTOSO, *Ricos-homens...*, p. 59), tio de Egas Ermiges, filho de Ermígio Viegas de Ribadouro I e tenente de Anégia entre 1079 e 1087 (*ibid.*, p. 55-56) – sobre a genealogia dos Ribadouro *vide* J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. III, Genealogia 4.6. Ribadouro. Através deste contexto, percebemos que o autor desta narrativa terá tido acesso quer a documentação destes Ribadouro quer a um rol de tradições associadas a esta família, localizando correctamente estas figuras dentro da sua cronologia e contexto social, de forma a acrescentar alguma credibilidade ao seu relato.

78. Conjecturalmente, podemos presumir que os versos perdidos do início do *Cantar de Mio Cid* seriam alusivos ao desterro de Rodrigo Dias por Afonso VI (*vide* A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, p. 3-4), pelo que o tópico do deserdamento ganharia ainda maior dimensão no universo cidiano dos séculos XIII e XIV – reforçando o peso da falsa acusação feita contra Rodrigo sobre a sua apropriação na recolha das párias de Afonso VI (já referida na *Historia Roderici* – E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, p. 49-51). Assim sendo, a alusão ao deserdamento de Sancho II por seu pai assume uma tonalidade discursiva muito mais próxima das temáticas centrais do *Cantar* do que das *Mocedades*, talvez por influência também das composições jogralescas feitas em torno das *Particiones de D. Fernando*.

79. *Ibid.*, p. 48-49.

80. Grande parte do enredo do *Cantar* passa pelas diferentes iniciativas de reaproximação do Cid a Afonso VI, que, após o envio de várias embaixadas e presentes, redundaria quer na reunião da família de Rodrigo Dias quer no casamento das suas filhas com os condes de Carrión, como sinal de reconciliação com o seu senhor natural – A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, Cantar I, Versos 870-898, Cantar II, versos 1236-1286, 1308-1390, 1772-1798, 1803-1958 e 1959-2167.

81. Hoje sabemos que o *Livro de Linhagens* terá sido finalizado até 1348-1350, contendo elementos provenientes do célebre Ordenamento de Alcalá – veja-se Maria do Rosário FERREIRA, «De Nájera a Alcalá. Pedro de Barcelos e Juan Nuñez de Lara III», *in: id.*, *Pedro de Barcelos e a escrita da história*, Porto: Estratégias Criativas, 2019, p. 155-171. A partir deste momento, os Pereiras terão levado a cabo várias intervenções sucessivas, chegando até meados da década de 1380 – em certa medida, parece ter sido esse o caso da matéria sobre os senhores de Cabreira e Ribeira, descendentes do conde leonês Osório Martins, já que, apesar de Álvaro Nunes Osório, contemporâneo do Conde D. Pedro de Barcelos e conde de Trastámara, Lemos e Sarria, ter sido senhor vitalício da terra leonesa de Cabreira e Ribeira, só em 1388 se reconheceria a Pedro Álvares Osório (II), seu sobrinho-neto, o seu senhorio hereditário, que ficaria associado à casa dos condes de Lemos, pelo que a atribuição deste apelido aos seus ascendentes do século XII parece constituir uma retro-projecção de refundidores tardios do século XIV (Inés CALDERÓN MEDINA e João Paulo Martins FERREIRA, «Os senhores de Cabreira e Ribeira: Um estudo sobre a sua origem e transcendência peninsular (séculos XII-XIV)», *Revista Portuguesa de História*, 44, 2013, p. 126 e 146).

82. Apesar da sua liturgia iberista, o próprio Conde D. Pedro abre a porta a este exercício retórico, ao exprimir em várias das suas estórias um estado de fraqueza endémico na nobreza galega, que necessitava de campeões portugueses, como Martim Sanches ou Pedro Arceiro, para fazer valer os seus direitos contra a monarquia ou contra outras forças senhoriais – Luís KRUS, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, p. 263-265.

83. Embora apresente algumas falhas estruturais na linha ascendente, fruto de um acompanhamento das informações genealógicas veiculadas pelos livros de linhagens, a reconstrução genealógica de José Augusto de Sottomayor-Pizarro (J. A. de SOTTOMAYOR-

PIZARRO, *op. cit.*, Vol. III, Genealogias 4.16.1. Trava-Tougues-Palmeira e 4.16.2. Pereira) exprime bem a continuidade biológica entre os Trava-Trastâmara e os Pereira, por via da união entre Rodrigo Froilaz de Trastâmara (II) e Moninha (ou Gontinha) Gonçalves da Maia, pais de Gonçalo Rodrigues da Palmeira, pai de Rui Gonçalves de Pereira (I), e de Mem Rodrigues de Tougues – sendo que os nobiliários filiam Rodrigo Froilaz num Froila Bermudes II inexistente e o casam erradamente com Urraca Rodrigues de Castro. A estes personagens podemos acrescentar mais alguns filhos, documentados principalmente na Galiza (conf. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 42-49). Para uma ascendência mais verosímil dos Trava-Trastâmara (e atestada por documentação galega) veja-se M. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *op. cit.*, p. 327-332.

84. L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 79-117. Sendo também a libertação da Hispânia do seu feudo, por Soeiro Mendes da Maia, uma reavaliação criativa deste mesmo episódio.

85. *Ibid.*, p. 67-77.

86. No *Cantar de Mio Cid*, Garcia Cabra destaca-se, acima de tudo, como coadjuvante das acções dos infantes de Carrión, demonstrando uma acirrada hostilidade em relação a Rodrigo Dias – como no episódio em que as filhas do Cid, pela sua condição, não serviam sequer para barrégãs dos infantes de Carrión (A. MONTANER FRUTOS (ed.), *Cantar de Mio Cid*, Cantar III, versos 3270 a 3290). Já nas *Mocedades*, é descrito como o melhor de todos os membros da hoste que Fernando Magno levou consigo para França (L. FUNES e F. TENENBAUM (ed.), *op. cit.*, p. 85).

87. A *Historia Roderici* olha para a reaproximação entre Afonso VI e Rodrigo Dias como uma consequência inevitável do processo de Reconquista, pois, em 1089, o monarca leonês envia uma missiva ao *Campeador* convocando-o para a campanha de Aledo – para apenas o votar, pouco tempo depois, a um segundo exílio (E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, p. 61-68). Já no *Cantar de Mio Cid*, a aproximação a Afonso VI é mais lenta e permanente (*vide* nota 80).

88. *Vide* nota 34.

89. E. FALQUE REY (ed.), *Historia Roderici...*, p. 10.

90. J. MATTOSO, *Ricos-homens...*, p. 118; *id.*, *Identificação de um país...*, p. 177; e J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 42-49. *Vide* nota 83 sobre as lacunas da proposta genealógica dos livros de linhagens (expressa em alguns pontos da genealogia de José Augusto de Sottomayor-Pizarro) e sobre reconstituições mais recentes, alicerçadas em dados documentais galegos.

91. Desenvolvida a propósito da defesa dos direitos deste cenóbio em Aranga, Mariniano, Ventosa, Ortigueira, Chantada, Meranio, Villa Ousat, Candario e Ouces – Pilar LOSCERTALES DE VALDEAVELLANO (ed.), *Tumbos del monasterio de Sobrado de los Monjes*, Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural – Archivo Histórico Nacional, 1976, Vol. I, doc. 212 – e devidamente explorada por M. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *op. cit.*, p. 312-313 e 319-320.

92. *Ibid.*, p. 311-312.

93. J. MATTOSO, *A nobreza medieval portuguesa...*, p. 94.

94. R. de AZEVEDO, art. cit., p. 73-93.

95. *Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata et Chartae*. Vol. I, Lisboa: Academia das Ciências, 1867-[1873], doc. 216.

96. *Vide* nota 72.

97. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 42.

98. Como a alusão ao seu casamento com Urraca Rodrigues de Castro ou à sua ascendência num Froila Bermudes II.

99. J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. III, Genealogias 4.16.1. Trava-Tougues-Palmeira. Para além de Gonçalo Rodrigues de Palmeira, Mem Rodrigues de Tougues, Elvira Rodrigues e Velasquida Rodrigues, Rodrigo Froilaz e Gontinha também terão sido pais de Froila Rodrigues e de Aldena Rodrigues, documentando-se a maioria deles também na Galiza (conf. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 42-49).

100. Apelamos novamente a uma comparação entre a ascendência proposta na genealogia de J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. III, 4.16.1, estruturalmente próxima dos nossos

nobiliários, e a de M. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *op. cit.*, p. 327-332, fundamentada principalmente em documentação galega. Contudo, importa dizer que tanto Margarita Torres Sevilla como José Luis López Sangil ignoram o desenvolvimento dos ramos portugueses saídos de Rodrigo Froilaz.

101. Os nobiliários portugueses são ricos em falhas inter-geracionais durante os séculos X e XI, talvez por força de uma ausência de fontes genealógicas (concentradas, principalmente, em listas de padroeiros ou memórias genealógicas) ou historiográficas fidedignas para estas cronologias (crónicas, anais ou histórias, que, tal como o *Liber Regum*, assumam uma dimensão genealógica/geracional na organização de alguns dos seus dados). Um exemplo deste fenómeno é a passagem LL37A1, onde S. Rosendo, célebre bispo do século X, é convertido em irmão de D. Nuno de Celanova e de Afonso de Celanova, personagens de finais do século XI e descendentes directos dos seus irmãos.

102. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 16.

103. Esta nossa interrogação deve-se ao facto de julgarmos que podemos estar perante uma duplicação inadvertida de Rodrigo Froilaz (II) nos nobiliários da época moderna.

104. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 16.

105. *Ibidem.*

106. E. FALQUE REY (ed.), *Historia Compostelana*, p. 76.

107. A multiplicação das dioceses implicaria, necessariamente, um reforço da autoridade de Garcia II, através da criação de um novo corpo eclesiástico que lhe seria fiel – L. C. AMARAL, *op. cit.*, p. 235-238.

108. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 17-19.

109. Para mais detalhes sobre a longa e complexa carreira de Pedro Froilaz veja-se S. BARTON, *op. cit.*, p. 278-279; M. TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, *op. cit.*, p. 320-325; J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 20-42; e L. C. AMARAL e M. J. BARROCA, *op. cit.*, p. 68-69, entre muitas outras obras.

110. J. L. LÓPEZ SANGIL, *op. cit.*, p. 42-49.

111. Se bem que Mendo Rodrigues de Tougues, Gonçalo Rodrigues de Palmeira e Froila Rodrigues também se encontrem documentados na Galiza (conf. *ibid.*, p. 45-49). Estas relações transfronteiriças prolongar-se-iam nas gerações seguintes, especialmente através de Soeiro Mendes “Facha” de Tougues, filho de Mendo Rodrigues, que, para além de ter marcado presença na corte leonesa de Fernando II, ainda ostentava bens na Galiza (*vide* Inés CALDERÓN MEDINA e João Paulo Martins FERREIRA, «Beyond the border. The aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)», *e-journal of Portuguese History*, 12, n.º 1, 2014, p. 10-11 – [disponível em www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue23/pdf/v12n1a01.pdf]).

112. Conf. J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. Trava-Tougues-Palmeira.

113. *Ibid.*, Vol. II, p. 289.

114. Uma passagem de difícil interpretação, no sentido em que evidencia tanto o adultério vexante como a violência retaliatória. Com efeito, esta circunstância indicia que, ao contrário de muitas outras estórias do título XXI, esta não terá sido alvo de refundição.

115. A partir daqui seguiremos apenas a linha que desemboca em Vasco Gonçalves de Pereira e em Rui Gonçalves de Pereira II, com base em J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. II, p. 297 e seguintes, e Vol. III, Genealogia 4.16.2. Pereira.

116. *Ibid.*, Vol. II, p. 299.

117. *Ibid.*, Vol. II, p. 302-304.

118. Prior de S. Nicolau e cónego de Tui, em 1296, foi deão do Porto a partir de 1296, bispo de Lisboa em 1322, coadjutor de Braga (1323) e arcebispo de 1326 a 1348 – *Ibid.*, Vol. II, p. 307-308.

119. Com base em dados de Luís Krus (L. KRUS, *op. cit.*, p. 87-111, dispersos pelo capítulo *A observação bracarense do reino português*), José Mattoso ensaiou uma nova explicação sobre as

origens do *Livro do Deão* (J. MATTOSO, «A transmissão textual...», p. 565-584), onde, pelo peso que as elites bracarense apresentam neste nobiliário (L. KRUS, *op. cit.*, p. 89-95), defende a sua encomenda pelo deão bracarense Martim Zote, nomeado para este cargo em 1342 (um ano antes da primeira cópia deste nobiliário encomendada a Martim Anes), justificando, assim, os vasos comunicantes existentes entre o conteúdo deste nobiliário e do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* pela subordinação deste ao arcebispo Gonçalo Gonçalves Pereira, meio irmão de Rui Gonçalves Pereira (II), vassalo e testamenteiro do Conde de Barcelos que terá dado início ao processo de refundição do seu nobiliário. Com efeito, segundo esta teoria, o *Livro do Deão* poderá ter sido uma espécie de ensaio inacabado, patrocinado pelos Pereira, conducente à produção do *Livro de Linhagens*, que, mais tarde, seria novamente trabalhado pela mão desta linhagem.

120. J. A. de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, Vol. II, p. 304 e 305.

121. *Ibid.*, Vol. II, p. 306-307.

122. *Ibid.*, Vol. II, p. 308. Sobre a construção da memória em torno do Salado veja-se, por exemplo, Bernardo de Vasconcelos e SOUSA, *O Sangue, a Cruz e a Coroa - A memória do Salado em Portugal*, sep. de *Penélope*, nº 2, 1989.

123. Vide nota 52.

124. Sobre este assunto, veja-se Maria do Rosário FERREIRA, «A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*», *e-Spania* [En ligne], 11, junho 2011 (consultado a 3/5/21). DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.20273>.

RESUMOS

Apesar de extensamente abordados na *Crónica de 1344*, os feitos de Fernando Magno são descritos pontualmente no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, enumerando-se as suas conquistas beirãs de uma forma desordenada no segmento final de uma síntese biográfica dedicada a Rodrigo Dias de Vivar e retomando-se esta linha de eventos somente num título dedicado aos Trava-Trastâmara, onde, a exemplo da relação entre o Cid e Sancho II, Rodrigo Froilaz de Trastâmara é apresentado como arauto da fidelidade aristocrática portuguesa a Garcia II, encarnando a oposição vivida entre Portugal e Castela no século XIV.

Com efeito, o nobiliário não revela a mesma ligação da *Crónica de 1344* à tradição emanada das *Mocedades de Rodrigo* por via da célebre *Crónica de Castela*, que, para além de colocar Rodrigo Dias no centro das conquistas beirãs, o transforma no principal agente de poder deste monarca. Por isso, justifica-se uma revisitação da tradição textual contruída em torno destas campanhas, uma refiliação da discursividade de D. Pedro no universo cidiano e uma análise da intervenção dos Pereira nesta matéria específica do nobiliário, visando a construção da personagem de Rodrigo Froilaz.

Although they are extensively analysed in the *Crónica de 1344*, the deeds of Fernando Magno are poorly described in the *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, where its conquests in the Beiras are merely enumerated in the final part of a biographical summary about the life of Rodrigo Dias de Vivar, returning to this line of events only in the title dedicated to the Trava-Trastâmara, text where, following the exemple of the relation of the Cid with Sancho II, Rodrigo Froilaz de Trastâmara is presented as a champion of the fidelity of the portuguese aristocracy towards Garcia II, embodying in ancient times the opposition lived between Portugal and Castile in the XIVth century.

In effect, this peerage book doesn't hold the same connection of the *Crónica de 1344* towards the tradition passed from the *Mocedades de Rodrigo* to the famous *Cronica de Castilla*, that, besides putting Rodrigo Dias in the center of these conquests, turned him into the main agent of power of this monarch. Because of these circumstances, we will revisit the textual tradition developed around these campaigns, link the discourse of D. Pedro to the "cidian" universe and analyse the intervention of the Pereiras in this specific subject of the peerage book, aiming the construction of the character of Rodrigo Froilaz.

ÍNDICE

Palavras-chave: Fernando Magno, Rodrigo Dias de Vivar, o Cid, Rodrigo Froilaz de Trastâmara, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Crónica de 1344, Conde D. Pedro de Barcelos e Mocedades de Rodrigo

Keywords: Fernando Magno, Rodrigo Dias de Vivar, o Cid, Rodrigo Froilaz de Trastâmara, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Crónica de 1344, Conde D. Pedro de Barcelos e Mocedades de Rodrigo

AUTOR

JOÃO PAULO MARTINS FERREIRA

Universidade do Porto

IF/SMELPS (FCT) – CEPESE (Colaborador) & Universidade do Porto; Investigador do projecto MELE, "Da Memória Escrita à Leitura do Espaço: Pedro de Barcelos e a Identidade Cultural do Norte de Portugal" (Ref.º POCI-01-0145-FEDER-032673), cofinanciado pelo "Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização" (POCI), através do "Portugal 2020" e do "Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional" (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), no qual se inscreve este trabalho.